

ÂNIMA HOLDING S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF 09.288.252/0001-32
NIRE 35300350430

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

SUMÁRIO

DELIBERAÇÕES DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.....	2
ANEXO 1.....	8
ANEXO 1.1 Item 2 do formulário de referência (Art. 10, inciso III, Resolução CVM nº 81/2022).....	8
ANEXO 1.2. Parecer dos Auditores Independentes (Art. 10, inciso IV, Resolução CVM nº 81/2022).....	41
.....	Erro! Indicador não definido.
ANEXO 1.3. Parecer do Conselho Fiscal (Art. 10, inciso V, Resolução CVM nº 81/2022).....	50
ANEXO 2 – Justificativa, fontes e aplicações – Orçamento de capital 2025	52
ANEXO 3 – Proposta de destinação do lucro líquido – Anexo A da Instrução CVM nº 81/2022 (art. 10, parágrafo único, II, Resolução CVM nº 81/2022). 53	
ANEXO 4 – Item 8 do Formulário de Referência (Art. 13, Resolução CVM nº 81/2022)	57
ANEXO 5 – Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de referência (nos termos do Art. 11 da Resolução CVM nº 81/2022).....	80

ÂNIMA HOLDING S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF 09.288.252/0001-32
NIRE 35300350430

DELIBERAÇÕES DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Conselho de Administração da Ânima Holding S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de seus acionistas a proposta da administração sobre as matérias que serão objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 24 de abril de 2025, às 15h, de modo exclusivamente digital, nos seguintes termos:

1) TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024, NOS TERMOS DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A Administração da Companhia recomenda aos seus acionistas a aprovação das contas e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do formulário de referência (Art. 10, inciso III, Resolução CVM nº 81/2022), além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (ri.animaeducacao.com.br), e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), também se encontram no **Anexo 1.1.** da presente Proposta.

Também estão disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (ri.animaeducacao.com.br) e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br): (i) o parecer dos auditores independentes (**Anexo 1.2**); (ii) o parecer do Conselho Fiscal (**Anexo 1.3.**) e (iii) a Ata de Reunião do Conselho de Administração.

2) DELIBERAR SOBRE O EVENTUAL ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO DE 2025, NOS TERMOS DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A Administração da Companhia recomenda aos seus acionistas seja aprovada a retenção relativa ao orçamento de capital, nos termos do artigo 196 da lei nº 6.404, no montante de R\$ 60.666.249,23 (sessenta milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e nove reais, e vinte e três centavos).

Para melhor compreensão da proposta de orçamento de capital da Companhia, o **Anexo 2** da presente Proposta contém as informações mínimas previstas na Resolução CVM nº 81/2022.

3) DELIBERAR SOBRE A DESTINAÇÃO DE EVENTUAL LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E SOBRE A EVENTUAL DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

Face à apuração de lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 no montante total de R\$ 85.145.612,96 (oitenta e cinco milhões, cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e doze reais e noventa e seis centavos), a Administração da Companhia recomenda aos seus acionistas, nos termos abaixo, a aprovação da proposta de destinação dos resultados, em atenção à legislação aplicável e ao Estatuto Social.

O montante destinado à formação da reserva legal da Companhia corresponde a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do art. 193 da Lei das S.A., totalizando R\$ 4.257.280,65 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, duzentos e oitenta reais e sessenta e cinco centavos).

O montante destinado ao pagamento de dividendos corresponde a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, equivalente ao dividendo mínimo obrigatório nos termos do Estatuto Social da Companhia, totalizando R\$ 20.222.083,08 (vinte milhões, duzentos e vinte e dois mil, oitenta e três reais e oito centavos).

Os dividendos, caso aprovados, serão pagos de acordo com as posições acionárias existentes no encerramento do pregão da B3 do dia 24 de abril de 2025 (data-base), respeitadas as negociações realizadas até esse dia, inclusive. As ações da Companhia serão negociadas “ex-dividendos” a partir do dia 25 de abril de 2025, inclusive. Os valores a serem declarados como dividendos não estarão sujeitos a atualização monetária ou remuneração entre a data de declaração e de efetivo pagamento.

As informações indicadas no Anexo A, Art. 10, parágrafo único, inciso II, da Resolução CVM nº 81/2022, além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (ri.animaeducacao.com.br), e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), também se encontram no **Anexo 3** da presente proposta.

4) DEFINIR O NÚMERO DE MEMBROS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, CONFORME PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A Administração recomenda a eleição de 8 (oito) membros para ocupar todos os cargos do Conselho de Administração, conforme previsto no art. 12 do Estatuto Social da Companhia.

5) DELIBERAR SOBRE A REELEIÇÃO DO SR. DANIEL FACCINI CASTANHO PARA MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A Administração da Companhia propõe seja eleito para o Conselho de Administração, como membro efetivo, o Sr. **Daniel Faccini Castanho**, brasileiro, casado, administrador, nascido em 04/05/1975, portador da carteira de identidade nº 24.200.410-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 177.268.508-92, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, CEP: 05.435-001, para mandato unificado de 02 (dois) anos que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2027.

6) DELIBERAR SOBRE A REELEIÇÃO DO SR. MAURÍCIO NOGUEIRA ESCOBAR PARA MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A Administração da Companhia propõe seja eleito para o Conselho de Administração, como membro efetivo, o Sr. **Maurício Nogueira Escobar**, brasileiro, casado, administrador, nascido em 04/07/1975, portador da carteira de identidade nº 17.173.317-4/SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 179.933.738-32, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, CEP: 05.435-001, para mandato unificado de 02 (dois) anos

que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2027.

7) DELIBERAR SOBRE A REELEIÇÃO DO SR. GABRIEL RALSTON CORREA RIBEIRO PARA MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A Administração da Companhia propõe seja eleito para o Conselho de Administração, como membro efetivo, o Sr. **Gabriel Ralston Correa Ribeiro**, brasileiro, casado, administrador, nascido em 06/03/1974, portador da C. I nº 073.664.54-54/SSP-BA, portador do CPF sob o nº 043.580.888-56, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, CEP: 05.435-001, para mandato unificado de 02 (dois) anos que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2027.

8) DELIBERAR SOBRE A REELEIÇÃO DA SRA. MARINA OEHLING GELMAN PARA MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A Administração da Companhia propõe seja eleita para o Conselho de Administração, como membro efetivo, a Sra. **Marina Oehling Gelman**, brasileira, casada, advogada, nascida em 08/02/1973, portadora do documento de identidade nº 18.629.380-X, emitido pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 251.164.408-85, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, CEP: 05.435-001, para mandato unificado de 02 (dois) anos que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2027.

9) DELIBERAR SOBRE A REELEIÇÃO DO SR. MARCELO BATTISTELLA BUENO PARA MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A Administração da Companhia propõe seja eleito para o Conselho de Administração, como membro efetivo, o Sr. **Marcelo Battistella Bueno**, brasileiro, divorciado, advogado, portador do documento de identidade nº 14360088-6-SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 171.266.448-41, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, CEP: 05.435-001, para mandato unificado de 02 (dois) anos que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2027.

10) DELIBERAR SOBRE A REELEIÇÃO DO SR. MARCELO BARBALHO CARDOSO PARA MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A Administração da Companhia propõe seja eleito para o Conselho de Administração, como membro efetivo, o Sr. **Marcelo Barbalho Cardoso**, brasileiro, casado, engenheiro, nascido em 20/01/1972, inscrito no CPF sob o nº 561.016.865-15, portador do documento de identidade nº 389307653, emitida pela SSP/BA, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, CEP: 05.435-001, para mandato unificado de 02 (dois) anos que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2027.

11) DELIBERAR SOBRE A REELEIÇÃO DA SRA. ANA PAULA DE ASSIS BOGUS PARA MEMBRO EFETIVO INDEPENDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A Administração da Companhia propõe seja eleita para o Conselho de Administração, como membro efetivo independente, a Sra. **Ana Paula de Assis Bogus**, brasileira, casada, administradora, nascida em 27/03/1974, inscrita no CPF sob o nº 179.295.498-01, portadora do documento de identidade nº 25.099.436-7, emitida pela SSP/SP, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, CEP: 05.435-001, para mandato unificado de 02 (dois) anos que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2027.

Nos termos do art. 17, inciso II, do Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração da Companhia manifesta que o(a) candidato(a) se enquadra nos critérios de independência previstos no art. 16 do Regulamento do Novo Mercado.

12) DELIBERAR SOBRE A REELEIÇÃO DO SR. EDUARDO AZEVEDO MARQUES DE ALVARENGA PARA MEMBRO EFETIVO INDEPENDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A Administração da Companhia propõe seja eleito para o Conselho de Administração, como membro efetivo independente, o Sr. **Eduardo Azevedo Marques de Alvarenga**, brasileiro, casado, engenheiro eletrônico, nascido em 31/07/1978, inscrito no CPF sob o nº 299.155.458-43, portador do documento de identidade nº 27.9734773, emitida pela SSP/SP, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, CEP: 05.435-001, para mandato unificado de 02 (dois) anos que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2027.

Nos termos do art. 17, inciso II, do Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração da Companhia manifesta que o(a) candidato(a) se enquadra nos critérios de independência previstos no art. 16 do Regulamento do Novo Mercado.

As informações exigidas no art. 11 da Resolução CVM nº 81/2022 relativas aos candidatos indicados para o Conselho de Administração estão disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (ri.animaeducacao.com.br), no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e no **Anexo 5** da presente Proposta.

Assim, caso sejam eleitos os candidatos indicados nos itens 5 a 12 da ordem do dia, a composição do Conselho de Administração da Companhia, com mandato unificado de 02 (dois) anos que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2027, seria a seguinte:

Membros Efetivos
Daniel Faccini Castanho
Maurício Nogueira Escobar
Gabriel Ralston Correa Ribeiro
Marcelo Barbalho Cardoso
Marina Oehling Gelman
Marcelo Battistella Bueno
Ana Paula de Assis Bogus – Membro Independente
Eduardo Alvarenga – Membro Independente

Cenários possíveis:

O percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário à requisição da adoção do voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração na Assembleia Geral Ordinária é de 5% (cinco por cento), conforme Resolução CVM nº 70/2022.

O art. 12 do Estatuto Social da Companhia prevê que o Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) membros e, no máximo, 09 (nove) membros.

Por sua vez, a administração da Companhia propõe que o Conselho de Administração, cujos membros serão eleitos em 24 de abril de 2025, com mandato unificado de 2 (dois) anos, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2027, seja composto por 8 (oito) membros.

Caso solicitado o procedimento de votação em separado, nos termos do art. 141, §§ 4º a 6º da Lei 6.404/76, o número total de membros passaria a ser de 09 (nove), sendo 08 (oito) eleitos por meio do voto majoritário ou de voto múltiplo e 01 (um) membro eleito por meio da votação em separado, já que a Companhia possui apenas ações ordinárias.

A Administração ressalta que, caso haja requisição e preenchimento dos requisitos para a adoção de voto múltiplo e eleição em separado, manterá a indicação dos candidatos de 1 a 8, conforme listagem acima, devendo a eleição observar o procedimento legal.

13) FIXAR A REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA A SER PAGA ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EM QUE SE DELIBERAR ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL QUE SE ENCERRARÁ EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025, NOS TERMOS DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A Administração da Companhia recomenda a fixação de remuneração global anual destinada à remuneração dos administradores da Companhia no montante de até **R\$ 30.920.241,17** (trinta milhões, novecentos e vinte mil, duzentos e quarenta e um reais e dezessete centavos), a ser distribuída entre os membros do Conselho de Administração, membros da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia e membros dos Comitês, observado o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social.

O montante acima proposto compreende a remuneração fixa e variável da Diretoria, que não inclui, conforme orientação da CVM, os respectivos encargos; sendo certo que a remuneração fixa individual é compatível com os valores pagos aos executivos de empresas do mesmo porte, enquanto a remuneração variável tem o seu pagamento vinculado ao cumprimento de metas pré-estabelecidas, baseadas no desempenho da Companhia. Deste modo, o pagamento da remuneração variável é equivalente ao cumprimento parcial ou total das metas pré-estabelecidas, podendo, inclusive, não ser devida, na hipótese de as metas não serem atingidas.

O montante proposto refere-se à verba máxima total a ser despendida pela Companhia com a remuneração de seus administradores e dos membros dos Comitês no período compreendido entre os meses de janeiro e dezembro de 2025.

As informações do item 8 do Formulário de Referência (Art. 13, Resolução CVM nº 81/2022) além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (ri.animaeducacao.com.br), e no website da Comissão de Valores

Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), também se encontram no **Anexo 4** da presente Proposta.

Por fim, eventuais dúvidas poderão ser dirimidas por meio de contato direto com a Diretoria de Relações com Investidores, através de mensagem eletrônica (ri@animaeducacao.com.br), o qual, desde já, encontra-se à disposição de V.Sas. para atendê-los prontamente em todas as suas necessidades.

São Paulo (SP), 21 de março de 2025.

Daniel Faccini Castanho
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO 1

ANEXO 1.1 Item 2 do formulário de referência (Art. 10, inciso III, Resolução CVM nº 81/2022)

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.9 deste Formulário de Referência são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de educação no Brasil registradas na CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações financeiras incluídas neste item, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes de nossas demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis em nosso [website](https://ri.animaeducacao.com.br/) (<https://ri.animaeducacao.com.br/>) e no [website](http://www.cvm.gov.br) da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais.

(em R\$ milhões)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Receita bruta	7.778,6	7.648,6
Receita líquida	3.801,4	3.732,9
EBITDA ¹	1.312,9	1.066,4
EBITDA ajustado ²	1.361,0	1.208,1
Margem EBITDA ajustada ³	35,8%	32,4%
EBITDA Ajustado ex-IFRS16 ²	1.084,9	923,5
Margem EBITDA Ajustada ex-IFRS16 ³	28,5%	24,7%

¹ Para maiores informações sobre o EBITDA, vide item 2.5 do Formulário de Referência.

² Para maiores informações sobre o EBITDA Ajustado, vide item 2.5 do Formulário de Referência.

³ Calculada pela divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida do período. A rentabilidade não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

Nossa receita bruta consolidada passou de R\$ 7.648,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 7.778,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e a receita líquida consolidada passou de R\$ 3.732,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 3.801,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Nosso EBITDA Ajustado ex-IFRS16 exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 1.084,9 milhões (margem EBITDA Ajustada ex-IFRS16 de 28,5%) versus R\$ 923,5 milhões (margem EBITDA Ajustada ex-IFRS16 de 24,7%) no mesmo período do ano anterior. Essa expansão de margem é reflexo de uma combinação de iniciativas que incluem: a) a contínua melhora dos resultados operacionais dos nossos segmentos, b) a maior eficiência em nossa estrutura corporativa, c) um processo mais assertivo de cobrança de mensalidades em atraso, e d) uma melhora no patamar das despesas com aluguéis.

Nosso capital de giro operacional (calculado como ativo circulante menos passivo circulante) em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 1.121,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 46,3 milhões, refletindo a nossa capacidade de gerir adequadamente as nossas obrigações com colaboradores, estudantes fornecedores e credores. Nossos indicadores de liquidez confirmam que temos liquidado nossos compromissos financeiros tempestiva e integralmente.

A tabela a seguir evidência determinadas informações financeiras relacionadas à nossa situação financeira e patrimonial para os períodos indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
(em R\$ milhões)	2024	2023
Dívida Líquida ¹	2.882,4	2.845,9
Dívida Líquida Ajustada ²	3.041,3	2.998,0
Dívida Líquida com o efeito IFRS 16 ³	4.230,0	4.301,9
Liquidez corrente ⁴	2,2	1,0
Índice de endividamento ⁵	0,7	0,7
Rentabilidade ⁶	5,38%	-5,71%

¹ Para maiores informações sobre a Dívida Líquida, vide item 2.5 do Formulário de Referência.

² Para maiores informações sobre a Dívida Líquida Ajustada, vide item 2.5 do Formulário de Referência.

³ Para maiores informações sobre a Dívida Líquida com os efeitos do IFRS 16, vide item 2.5 do Formulário de Referência.

⁴ Corresponde à divisão do ativo circulante pelo passivo circulante nas datas indicadas. O índice de liquidez corrente não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS e possui a finalidade de avaliar a capacidade de pagamento da Companhia frente as suas obrigações. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

⁵ Corresponde à soma do passivo circulante e não circulante dividido pelo ativo total. O índice de endividamento não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

⁶ Calculado pela divisão entre o lucro (prejuízo) do período e a receita líquida do período. A rentabilidade não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

b. Estrutura de capital

Nossa estrutura de capital em 31 de dezembro de 2024 era composta de 29% de capital próprio e 71% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
(em R\$ milhões)	2024	2023
Capital próprio		
Capital Social	2.451,7	2.451,7
Reservas de capital	23,1	25,2
Ágio em transações de capital	(174,6)	(157,4)
Ações em tesouraria	(176,3)	(178,3)
Reservas de lucros	150,3	263,4
Participação dos acionistas não controladores	506,0	452,9
Patrimônio líquido	2.780,2	2.857,5
Capital de terceiros		
Passivo circulante	962,9	1.692,2
Passivo não circulante	5.945,7	5.106,0
Total do passivo	6.908,6	6.798,2
Total do passivo e patrimônio líquido	9.688,8	9.655,7

Capital Próprio (Patrimônio Líquido)

Nosso Patrimônio Líquido totalizou R\$ 2.780,2 milhões em 31 de dezembro de 2024. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023, que totalizou R\$ 2.857,5 milhões, apresentamos uma redução no patrimônio líquido no valor de R\$ 77,3 milhões, como efeito da redução na linha de reserva de lucros após aprovação do pagamento de dividendos referente ao lucro retido de 2023.

Capital de Terceiros (Empréstimos e Financiamentos e Debêntures)

O nosso capital de terceiros está representado pelo nosso endividamento, representado pelos saldos de nosso passivo nas contas de empréstimos, financiamentos e debêntures, circulante e não circulantes. Estes recursos são utilizados principalmente para financiar nossos planos de expansão e investimentos em melhoria de qualidade, além de suprir eventuais necessidades de capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2024, apresentávamos um endividamento (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos registradas no passivo circulante e não circulante e outras obrigações) no valor de R\$ 4.134,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2023, apresentávamos um endividamento (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos registradas no passivo circulante e não circulante e outras obrigações) no valor de R\$ 3.830,4 milhões.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Na opinião de nossa Diretoria temos plena capacidade de honrar com todos os nossos compromissos financeiros, fato que tem se constatado ao longo dos últimos anos. Nossas necessidades têm sido acomodadas por meio, principalmente, de nossa própria geração de caixa operacional e recursos de financiamento de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2024, contávamos com uma Dívida Líquida de R\$ 2.882,3 milhões, composta por uma Dívida Bruta de R\$ 4.134,3 milhões somado ao total de Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras correspondente a R\$ 1.252,0 milhões.

A tabela a seguir demonstra nossa capacidade de pagamento face os compromissos assumidos para as datas e períodos indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
<i>(em R\$ milhões)</i>	2024	2023
Endividamento¹	4.134,3	3.830,3
Caixa e disponibilidades de caixa	1.252,0	984,5
Disponibilidade (Dívida) Líquida	(2.882,3)	(2.845,8)

¹ Todos os empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos derivativos e outras obrigações.

Embora nossa Diretoria acredite que a atual estrutura de capital e perfil de endividamento sejam adequados às nossas operações e compromissos financeiros assumidos, se surgir a necessidade de novos financiamentos, acreditamos que não teremos dificuldades em contrair empréstimos adicionais a taxas de juros e condições competitivas.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados.

No período compreendido entre os anos de 2023 a 2024 realizamos uma série de investimentos em ativos imobilizados focados em melhoria de qualidade de nossos *campi*, bem como na infraestrutura utilizada por nossos professores e estudantes. Dentre os principais investimentos destacamos a atualização de nossa infraestrutura de tecnologia de informação, incluindo a compra de equipamentos de informática e o desenvolvimento de sistemas de *softwares*, atualização de nosso acervo bibliográfico, móveis e equipamentos para salas de aula e laboratórios e reforma de *campi*. Nossa fonte de capital de giro para investimentos em ativos não circulantes têm sido nossa geração própria de caixa e captação de recursos de terceiros. Junto a terceiros, buscamos sempre linhas de financiamento de longo prazo, conciliando o prazo de pagamentos com o fluxo de caixa incremental esperado relacionado aos investimentos realizados por nós.

Nossa Diretoria avalia constantemente as melhores opções entre utilização de capital próprio e captação de recursos junto a terceiros, comparando a rentabilidade do capital com as taxas oferecidas pelo mercado financeiro.

Para maiores informações sobre as variações ocorridas em nosso fluxo de caixa, vide item 2.1(h) do Formulário de Referência. Para informações sobre nossos empréstimos e financiamentos, vide item 2.1(f) do Formulário de Referência.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretendemos utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Nossos Diretores entendem que nossa estrutura de capital é adequada ao atendimento de nossas necessidades, sendo a geração própria de caixa a principal fonte de financiamento que, associada aos recursos de terceiros, permitem a condução plena de nossas operações e cumprimento integral de nossas obrigações. Caso sejam necessárias captações de novos financiamentos, nossa Diretoria entende que temos condições de obter linhas de crédito junto aos principais bancos comerciais do mercado a taxas competitivas. Em 31 de dezembro de 2024, nossa posição de caixa correspondia a R\$ 984,5 milhões.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

De acordo com nossa Diretoria, nossos níveis de endividamento são condizentes com nosso fluxo de caixa e têm se mantido em patamares considerados satisfatórios por nossa administração. As principais características de nossos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (sem os efeitos dos passivos de arrendamento IFRS 16) estão indicadas na tabela abaixo:

Modalidade Moeda		Taxa % a.a. ¹	Ano de Vencimento ²	Saldo em 31 de dezembro de	
				2024	2023
Capital de giro	R\$	Prefixado 7,00% a CDI + 6,80%	2029	575,7	703,9
IFC	U\$	SOFR + 2,43%	2028	162,5	174,6
IFC	R\$	CDI + 1,49%	2024	-	13,2
Debêntures	R\$	CDI + 1,00% a 4,75%	2029	3.382,8	2.905,5
			Total	4.121,0	3.797,1

¹ Taxa de juros médio contendo indexador acrescido de *spread* ao ano

² O ano de vencimento refere-se ao vencimento do último contrato de cada modalidade

Nosso endividamento em 31 de dezembro de 2024 e 2023, correspondia às operações de capital de giro celebradas em reais e em dólares americanos por contrato de SWAP e debêntures.

Dentre os contratos celebrados e vigentes, encontram-se descritos abaixo os mais relevantes:

Em 11 de abril de 2016, celebramos contrato de empréstimo nº 37083-00 com o *International Finance Corporation* (IFC), no montante de até US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares americanos), com uma taxa efetiva de (CDI + 1,49%) e com os juros sendo pagos a cada 6 (seis) meses, bem como com o principal em 11 (onze) parcelas semestrais, sendo a primeira devida em 15 de março de 2019 e a última em 15 de março de 2024. Em garantia às obrigações decorrentes do referido contrato de empréstimo, foram outorgadas alienação fiduciária de ações da Brasil Educação S.A. e garantias fidejussórias. Essa contrato encerrou em 2024.

Em 11 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, ao valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando o montante de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais). Sobre as debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos interfinanceiros) de um dia, ver extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão a 1,3500% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano. O pagamento de principal ocorrerá semestralmente, iniciando-se em 11 de novembro de 2021 e encerrando-se em 11 de novembro de 2024, ou seja, na data de vencimento. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 11 de maio de 2020, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 11 dos meses de maio e novembro de cada ano, até a data de vencimento.

Além das debêntures de sua 2ª emissão, em 10 de julho de 2020, a Companhia contratou um financiamento junto à *International Finance Corporation* (IFC) no montante de até US\$ 112,0 milhões, com a finalidade de financiamento de novas aquisições estratégicas pela Companhia e alongamento do perfil de endividamento da Companhia. A primeira parte do valor financiado foi liberada em julho de 2020, no montante de US\$ 15 milhões.

Em 28 de março de 2022, a Inspirali realizou 1ª emissão de debêntures simples, com série única, no montante de R\$ 2.000.000.000,00. Estas debêntures têm prazo total de cinco anos, a contar da data de emissão, com pagamento do principal de forma anual, em quatro parcelas – vencendo a primeira no 24º mês e as seguintes a cada 12 meses – incidindo taxa de juros de CDI+2,60% ao ano, com pagamento de juros remuneratórios semestrais a partir da data de emissão.

Em 20 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a realização da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, a Companhia, no valor total de R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), as quais serão subscritas e integralizadas de forma privada pela Debenturista sendo que (i) as Debêntures emitidas no âmbito da primeira série servirão como lastro dos CRI CDI, doravante denominadas “Debêntures CDI”; no valor de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), tem duração de 5 anos (bullet) e remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas DI, acrescida de sobretaxa (spread) de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano; e (ii) as Debêntures emitidas no âmbito da segunda série servirão como lastro dos CRI IPCA, doravante denominadas “Debêntures IPCA” no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), tem duração de 7 (sete) anos (amortizações programadas nos anos seis e sete) e remuneração prefixada de 8,0491% a.a.

Em 28 de abril de 2023, celebramos contrato de empréstimo nº 191.101.380 com o *Banco do Brasil*, no montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), com uma taxa média de (CDI + 2,65% a.a) com o principal em 12 (doze) parcelas trimestrais, sendo a primeira devida em 28 de julho de 2024 e a última em 28 de abril de 2027. Em garantia às obrigações decorrentes do referido contrato de empréstimo, foram outorgadas alienação fiduciária, os direitos creditórios-capital e respectivos rendimentos, na importância de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), consubstanciados na aplicação Financeira de propriedade de proponente RF LP Empresa.

Em 26 de maio de 2023, o Conselho de Administração aprovou a realização o termo de emissão da 1ª emissão de notas comerciais escriturais, com garantia real e garantia fidejussória, em espécie única, para colocação privada, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). Foram emitidas 100.000 (cem mil) notas comerciais no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diários do DI, acrescida de spread de 3,25% ao ano, o vencimento será em 01 de junho de 2026.

Em 28 de junho de 2023, celebramos contrato de empréstimo nº 191.101.411 com o *Banco do Brasil*, no montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), com uma taxa média de (CDI + 2,6% a.a) com os juros sendo pagos mensalmente, bem como o principal em 06 (seis) parcelas semestrais, sendo a primeira devida em 25 de dezembro de 2024 e a última em 25 de junho de 2027. Em garantia às obrigações decorrentes do referido contrato de empréstimo, foram outorgadas alienação fiduciária, os direitos creditórios-capital e respectivos rendimentos, na importância de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), consubstanciados na aplicação Financeira de propriedade de proponente FUNDO RF DI TP FI.

Em 04 de julho de 2023, celebramos contrato de empréstimo nº 191.101.412 com o *Banco do Brasil*, no montante de R\$ 98.000.000,00 (noventa e oito milhões de reais), com uma taxa média de (CDI + 2,6% a.a) com os juros sendo pagos mensalmente, bem como o principal em 06 (seis) parcelas semestrais, sendo a primeira devida em 25 de janeiro de 2025 e a última em 25 de julho de 2027. Em garantia às obrigações decorrentes do referido contrato de empréstimo, foram outorgadas alienação fiduciária, os direitos creditórios-capital e respectivos rendimentos, na importância de R\$ 9.800.000,00 (nove milhões e oitocentos mil de reais), consubstanciados na aplicação Financeira de propriedade de proponente FUNDO RF DI TP FI.

Em 14 de agosto de 2023, o Conselho de Administração aprovou a realização o termo de emissão da 2ª emissão de notas comerciais escriturais, com garantia real e garantia fidejussória, em espécie única, para colocação privada, no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Foram emitidas 50.000 (cinquenta mil) notas comerciais no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diários do DI, acrescida de spread de 3,25% ao ano, o vencimento será em 13 de agosto de 2028.

Em 10 de maio de 2024, a Inspirali realizou sua 2ª (segunda) Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, da Companhia. Totalizou o montante de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais). Esta Emissão tem prazo total de 5 (cinco) anos, a contar da data de Emissão, com pagamento do principal de forma anual, em 3 (três) parcelas consecutivas – vencendo-se a primeira no 36º (trigésimo sexto) mês contado da data de Emissão e as seguintes a cada 12 (doze) meses –, incidindo taxa de juros de CDI +1,65% ao ano, com pagamento de juros remuneratórios semestrais a partir da data de Emissão. Essa emissão foi destinada da seguinte forma: (i) quitação integral das Debêntures da 1ª (primeira) Emissão da Companhia (INEL11) (“Debêntures da 1ª Emissão”), que incide taxa de juros de CDI +2,60% ao ano; e (ii) o valor remanescente, após a quitação integral das Debêntures da 1ª Emissão, para reforço do caixa da Companhia e sustentação de sua estratégia de crescimento.

Em 22 de maio de 2024, o Conselho de Administração Ânima, aprovou a realização da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, em que serão distribuídas 200.000 (duzentas mil) debêntures simples com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo, na data de emissão das Debêntures, o montante total de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diários do DI, acrescida de spread de 1,92% ao ano, o vencimento será em 15 de maio de 2029.

Em 07 de agosto de 2024, o Conselho de Administração Ânima, aprovou a realização da 6ª (sexta) emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, em que serão distribuídas 360.000 (trezentas e sessenta mil) debêntures simples com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo na data de emissão das Debêntures, o montante total de R\$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais). Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI, acrescida de spread de 1,92% ao ano, o vencimento será em 15 de agosto de 2029.

Em 30 de setembro de 2024, o Conselho de Administração Ânima aprovou, a realização da 3ª emissão de notas comerciais escriturais. Foram emitidas 140 mil notas comerciais escriturais com valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais). Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI, acrescida de spread de 1,75% ao ano, o vencimento será em 27 de setembro de 2027. O recurso desta captação foi utilizado para realizar o pagamento antecipado da 1ª e 2ª emissão de notas escriturais, reduzindo o custo de 3,25% ao ano para 1,75% ao ano.

Em 11 de outubro de 2024, em conformidade com as iniciativas de gestão do endividamento, foi concluída a renegociação com o Banco do Brasil S.A., que incluiu redução da taxa de juros de 2,60% e 2,65% ao ano para 1,65% ao ano, contratos de empréstimo ajustados (nº 191.101.380, nº 191.101.411 e nº 191.101.412), concomitantemente ao alongamento da dívida, que passou a ter seu vencimento final prorrogado para setembro de 2029 (originalmente entre agosto de 2026 e julho de 2027). Adicionalmente, foi pactuada uma carência com início das amortizações a partir de março de 2027.

A seguir apresentamos tabela com maiores detalhes acerca dos contratos relevantes celebrados e descritos acima:

Sociedade	Credores	Data de Assinatura	Valor do Crédito	Vencimento	Finalidade	Outras Garantias	(%a.a.) Taxa efetiva
Ânima Holding	IFC	10/05/2016	R\$ 139.080.000,00	15/03/2024	IFC	Alienação fiduciária das cotas da AMC Serviços; alienação fiduciária dos recebíveis da AMC Serviços; aval de todas as subsidiárias, atuais e futuras; compromisso dos acionistas Daniel, Romulo, Marcelo, Mauricio, Gabriel e Ignacio de manter sempre pelo menos 4 destes no grupo de controle e nunca deixarem de ter participação de menos de 25% do capital da Anima de hoje	CDI + 1,49% a.a
Ânima Holding	IFC (a)	10/07/2020	R\$ 242.320.800,00	15/03/2028	IFC	Garantidores Subsidiários Brasil Educação, IMEC, Unimonte, Una, Vc Network, HSM, PGP Educ., Sociesc, Faceb, Pgp Posse, Poli, IFC, Anima, Sobepe, Vidam, Ages, Catalana, Cesuc, Unicuritiba. Saldo mínimo de caixa de 4% do montante do endividamento nas empresas. Garantia Mínima de recebíveis de 16% do valor pendente do endividamento.	2,43% a.a SOFR
Ânima Holding	Banco Itaú (líder) (b)	21/11/2019	R\$ 350.000.000,00	11/11/2024	Debêntures	Carta Fiança (Garantia Fidejussória)	CDI + 3,475% a.a.
Inspirali Brasil	Banco Bradesco (líder)	31/03/2022	R\$ 2.000.000.000,00	30/03/2027	Debêntures	Real	CDI + 2,60% a.a.
Inspirali Brasil	XP Investimentos (líder) (d)	27/05/2024	R\$ 2.000.000.000,00	15/05/2029 (1ª série)	Debêntures	Cessão fiduciária dos direitos e créditos, exclusivamente dos cursos de medicina, detidos e a serem detidos pelas	CDI + 1,65% a.a.

						empresas controladas pela Inspiral Brasil.	
Ânima Holding	XP Investimentos (líder)	28/12/2022	R\$ 800.000.000,00	13/12/2027 (1ª série) 13/12/2029 (2ª série)	CRI CDI CRI IPCA	Clean	CDI + 1,65% (1ª série) IPCA + 8,0481% (2ª série)
Ânima Holding	Banco do Brasil (e)	11/10/2024	R\$ 81.713.773,80	28/09/2029	Capital de giro	Aplicação Fundo (Anima) + Avalistas: IBMR/REDE/RITTER/UNICURITIBA	CDI + 1,65% a.a
Ânima Holding	Banco do Brasil (e)	11/10/2024	R\$ 87.738.883,32	25/09/2029	Capital de giro	Aplicação Fundo (Anima) + Avalistas: IBMR/REDE/RITTER/UNICURITIBA	CDI + 1,65% a.a
Ânima Holding	Banco do Brasil (e)	11/10/2024	R\$ 88.912.359,51	25/09/2029	Capital de giro	Aplicação Fundo (Anima) + Avalistas: IBMR/REDE/RITTER/UNICURITIBA	CDI + 1,65% a.a
Ânima Holding	Banco ABC (g)	30/09/2024	R\$ 140.000.000,00	27/09/2027	Nota Comercial	Recebíveis: SOCEC e RITTER e Fiança: ASPEC/FADERGS/IBMR	CDI + 1,75% a.a
Ânima Holding	XP Investimento	22/05/2024	R\$ 200.000.000,00	15/05/2029	Debênture	Clean	CDI + 1,92% a.a
Ânima Holding	Banco Bradesco	20/08/2024	R\$ 360.000.000,00	15/08/2029	Debênture	Clean	CDI + 1,92% a.a

- (a) Em 25 de agosto de 2023 foi realizada renegociação da taxa de juros de 2% a.a para 2,42826% a.a.
- (b) Em 30 de junho de 2023 foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas (AGD), por meio da qual foi aprovada, dentre outras matérias, concessão de dispensa de medição dos índices financeiros prevista para ser realizada com base nas informações financeiras da 30 de junho de 2023. As medições dos índices financeiros passarão a ocorrer semestralmente, a partir de dezembro de 2023. Em decorrência das deliberações aprovadas na AGD, o índice “Dívida líquida / EBITDA ajustado” foi modificado de 3,0 para 3,5, a taxa de juros foi reajustada de 1,35% a.a. para 3,475% a.a em julho de 2023, e a Companhia realizou uma oferta de resgate antecipado parcial das Debêntures da segunda emissão. A oferta de resgate antecipado foi na quantidade de debêntures equivalente ao montante total de R\$ 41.454, liquidado em 7 de agosto de 2023.
- (c) INEL12 para pré-pagamento da INEL11 e reforço de caixa.
- (d) Renegociação das dívidas ativas com o Banco do Brasil, para redução de taxa e aumento de prazo.
- (e) 3ª Emissão de Nota Comercial, para quitação da 1ª e 2ª emissão, reduzindo a taxa e aumentando o prazo.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, exceto pelo disposto no item (i) acima, não mantínhamos nenhuma outra relação de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas.

Considerando a totalidade dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures circulante e não circulante da Companhia, sem considerar os passivos de arrendamento IFRS 16, a composição de acordo com o grau de subordinação era a seguinte, nas datas indicadas, com base em nossas demonstrações financeiras individuais:

	Em 31 de dezembro de			
	2024		2023	
	(em R\$ milhões)	(%)	(em R\$ milhões)	(%)
Obrigações com garantia real	2.324,1	56	2.575,7	68
Obrigações quirografárias	1.796,9	44	1.221,5	32
Total dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures¹	4.121	100	3.797,1	100

¹ Compreende os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante)

As garantias reais relacionadas aos contratos de crédito acima referidos, e com saldo em aberto em 31 de dezembro de 2024 são compostas por cessão fiduciária de direitos creditórios de nossa titularidade e de créditos oriundos de aplicação financeira.

iv. Eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos e à alienação de controle societário.

Em função de determinadas cláusulas contidas em nossos contratos financeiros, estamos sujeitos a determinadas restrições, tais como:

- Limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre nossas receitas e patrimônio;
- Manutenção de índices financeiros mínimos; e
- Limitações quanto à nossa capacidade de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias.

Adicionalmente, determinados contratos financeiros em que somos partes preveem a observância de alguns índices financeiros mínimos, apurados anualmente, conforme descrito a seguir:

✓ Contrato do IFC

No primeiro trimestre de 2024, solicitamos waiver com o IFC os índices mínimos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, sendo os seguintes:

- Índice de Liquidez Corrente ((Ativo Circulante + Adiantamento Diversos) / Passivo Circulante – não inferior a 1,20;
- Dívida financeira líquida / EBITDA ajustado – inferior a 3,0
- EBITDA ajustado / Despesa financeira líquida – não inferior a 1,30

✓ Debêntures ANIM12

- EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro – superior a 1,3;
- Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado – não superior a 3,0; e
- Índice de Liquidez Corrente – superior a 1,3.

✓ Debêntures Inel11 (Inspirali)

- Até 31 de março de 2024 (inclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma – Inferior a 3,5
- A partir de 31 de março de 2024 (exclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma – Inferior a 3,0

- A partir de 31 de março de 2024 (exclusive) - EBITDA Ajustado Pro Forma / Despesas Financeiras Superior a 1,30
- ✓ Debêntures/CRI Ânima
 - Até 31 de março de 2024 (inclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma - Inferior a 3,5;
 - A partir de 31 de março de 2024 (exclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma - Inferior a 3,0;
 - EBITDA Ajustado Pro Forma / Despesas Financeiras - Superior a 1,3
- ✓ Notas Comerciais - Anima
 - A partir de 30 de junho de 2024 (inclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma - Inferior a 3,5;
 - A partir de 30 de junho de 2025 - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma - Inferior a 3,0;
- ✓ Capital de Giro - Anima
 - A partir de 31 de dezembro de 2023 (inclusive) – Dívida Financeira Líquida / EBITDA - Inferior a 3,5;
- ✓ Capital de Giro - Rede
 - A partir de 30 de junho de 2024 (inclusive) – Dívida Financeira Líquida / EBITDA - Inferior a 3,5.
- ✓ Debêntures ANIM15
 - Até 30 de junho de 2024 (inclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma – Inferior a 3,5
 - A partir de 30 de junho de 2024 (exclusive) -Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma – Inferior a 3,0
 - EBITDA Ajustado Pro Forma / Despesas Financeiras Superior a 1,30
- ✓ Debêntures ANIM16
 - Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado – não superior a 3,0;
 - EBITDA Ajustado / Despesas Financeiras – superior a 1,3.

Para fins dos cálculos dos índices acima indicados:

“EBITDA Ajustado” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas na Emitente relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores da data base, o lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido e das despesas de depreciação, amortização e exaustão não relacionadas aos passivos de direito de uso (ou passivos de arrendamento), conforme aplicável, bem como dos juros e multas recebidos sobre as mensalidades pagas em atraso às escolas e sistemas de ensino e dos gastos de natureza não recorrente;

“EBITIDA” significa o lucro/prejuízo líquido do período, o resultado acumulado do ano fiscal antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial;

“EBITDA Ajustado Pro Forma” o efeito de qualquer aquisição, se efetuada a qualquer momento durante os últimos 12 meses, como se a mesma tivesse ocorrido no primeiro dia do respectivo período de cálculo, sendo que, nos casos envolvendo novas aquisições da Emissora realizadas após a assinatura da Escritura de emissão, o Ebitda Ajustado Pro Forma será calculado com base nas demonstrações financeiras auditadas ou não auditadas disponíveis, incluindo, se for o caso, em relatórios gerenciais da controladora da Emissora elaboradas a partir de balanços contábeis das empresas auditadas;

“Despesa Financeira Líquida” significa o somatório de todas as despesas de juros, variação cambial e outras despesas referentes às suas obrigações financeiras menos receita de juros, variação cambial ou qualquer receita decorrente de suas aplicações financeiras;

“Dívida Financeira Líquida” significa o somatório dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, fornecedores e impostos em atraso, mútuos e leasings à pagar, líquidos dos derivativos de curto e longo prazo menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

“Dívida Líquida” significa o somatório dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, líquidos dos derivativos de curto e longo prazo menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

“Índice de Liquidez Corrente” significa o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante. “Ativo Circulante” significa todos os bens e direitos cuja realização ocorra dentro do prazo de 12 meses. “Passivo Circulante” significa todas as obrigações a serem cumpridas dentro do prazo de 12 meses.

Com relações às restrições indicadas, estamos cumprindo com todas elas.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia assinou uma Carta de Dispensa (“Waiver Letter”) com o International Finance Corporation (“IFC”), na qual obteve waivers: (i) autorizando a antecipação de recebíveis de cartões de créditos e PraValer no valor total de até R\$ 100.000.000,00 antes de 31 de março de 2024 (ii) considerando o novo perfil financeiro do Grupo após a aquisição da Laureate Brasil, renegociando os índices de “Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado”, “EBITDA ajustado/Despesa financeira líquida” e “Liquidez Corrente” exclusivamente para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2023. A referida Waiver Letter não implicou em nenhuma outra dispensa, alteração ou variação de quaisquer disposições do contrato de empréstimo com o IFC, as quais permanecem em pleno vigor e efeito.

Os contratos relacionados abaixo possuem cláusula *cross-default*. Do endividamento total 99% estão sujeitos a cláusula. O descumprimento e/ou quebra dos *covenants* também poderá acarretar o vencimento antecipado.

Moeda nacional	<i>(em R\$ milhões)</i>
Debêntures 2ª emissão- Inspirali Brasil	2.022.747
Debêntures 4ª emissão - séries 1 e 2	782.485
Debêntures 5ª emissão	202.494
Debêntures 6ª emissão	375.130
Banco ABC 3ª emissão	138.894
Banco do Brasil - Capital de Giro	89.004
Banco do Brasil - Capital de Giro	82.889
Banco do Brasil - Capital de Giro	90.194
Banco do Brasil – Capital de Giro	126.692
Moeda estrangeira	<i>(em R\$ milhões)</i>
IFC	162.544

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 16 de dezembro de 2015, firmamos um Contrato de Financiamento com a FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, relativo ao financiamento de projeto de inovação e pesquisa no valor de R\$ 23,6 milhões, representativos de 70% do valor total do projeto. Deste valor, R\$ 4,7 milhões foram liberados em dezembro de 2018, R\$ 5,4 foram liberados em março de 2017 e R\$ 3,5 milhões em março de 2016. O principal da dívida mencionada deve ser pago à FINEP em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de parcelas de amortização ainda não vencidas, nos termos do contrato. O vencimento da primeira parcela ocorreu em 15 de janeiro de 2019, e as demais em iguais dias dos meses subsequentes, ocorrendo a última em 15 de janeiro de 2026.

Todos os demais financiamentos contratados e vigentes em 31 de dezembro de 2024 possuem qualquer limite ou restrição de utilização e foram recebidos integralmente.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

A discussão sobre os resultados apresentados nesta seção sobre a nossa situação financeira e os resultados de nossas operações deve ser lida em conjunto com as nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, e suas respectivas notas explicativas, bem como com as informações constantes dos demais itens do Formulário de Referência, em especial às desta seção 2.

Receita Líquida

A nossa receita líquida é majoritariamente oriunda de serviços de ensino, relacionados a cursos de graduação, mestrado e doutorado (Stricto Sensu) e extensão, além do Pronatec e prestação de serviço de aperfeiçoamento profissional em cursos de pós-graduação (Lato Sensu), congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos *in company*, cursos preparatórios para a OAB - EBRADI, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de programas computacionais, incluídos em nosso segmento Ânima Core. O segmento Ânima Core respondeu por 55% das receitas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. A modalidade educacional de ensino a distância por meio da utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, formam o segmento de Ensino Digital, que representa 8% das receitas no referido exercício. Nossas receitas são 100% denominadas em reais e são reconhecidas por competência de acordo com o período letivo de cada curso, seminário ou venda de produto efetuada. Como uma visão adicional, destacamos a importante participação da Inspirali – que os serviços estão consolidados em sua maior parte no Ensino Acadêmico e têm atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina – respondeu por 37% das receitas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

No Ensino Acadêmico e Educação Continuada a receita é proveniente da prestação de serviços de educação aos alunos matriculados em cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação e cursos de extensão. Nossa receita bruta é uma função direta entre o número de alunos matriculados e o valor de nossas mensalidades para cada um dos cursos ofertados por nossas instituições. No caso dos cursos de graduação, os contratos de prestação de serviços preveem um compromisso abrangendo cada semestre letivo. A cada semestre os alunos devem assinar aditivos aos contratos de prestação de serviço para se matricular no próximo período letivo, sendo que deverão estar adimplentes com suas obrigações financeiras e acadêmicas para que isto ocorra. Para os cursos de pós-graduação e extensão, os contratos são firmados com os alunos já prevendo o valor completo do curso para todo o período letivo, que podem, de acordo com cada curso ofertado, variar desde poucos dias letivos a até 18 meses.

Compõem ainda nossa receita bruta outras taxas cobradas diretamente de nossos alunos, como taxa de inscrição de vestibular, taxas de serviços de secretaria e biblioteca, entre outras.

Nossa política de cancelamento de matrículas prevê um reembolso de até 100% da primeira mensalidade, mas somente se o cancelamento ocorrer antes do primeiro dia de aula do período letivo em questão. Caso o período letivo já esteja em curso, a contratada está autorizada a reter, no máximo, 10% (dez por cento) do valor da mensalidade vigente à ocasião do cancelamento da matrícula.

Nossa receita é apresentada líquida de descontos e bolsas, além de certos tributos que incidem sobre os serviços prestados. Entre as principais bolsas estão:

PROUNI - O Programa Universidade para Todos tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, o programa oferece, em contrapartida àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa, isenção de tributos federais. Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda *per capita* familiar máxima de três salários-mínimos, o PROUNI conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos. Em nossas instituições de ensino optamos por oferecer bolsas integrais e parciais, sendo obrigatório oferecer no mínimo uma bolsa integral para cada 10,7 vagas oferecidas e, em contrapartida, somos isentos dos impostos federais. No exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023, totalizaram R\$ 572,9 milhões, e, no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2024, totalizaram R\$ 580,5 milhões. O aditamento do termo de adesão ao programa é semestral e depende de regularidade fiscal de cada instituição, sendo que o aditamento semestral das nossas instituições é realizado regularmente desde 2005, a partir de quando aderimos ao PROUNI.

Descontos concedidos pela mantenedora - São descontos concedidos pela mantenedora das Universidades, Centros Universitários e Faculdades que operamos, sem regra específica e avaliados caso a caso de acordo com a situação particular de cada estudante (incluindo seu histórico acadêmico e situação socioeconômica).

Pagamento no prazo - São descontos condicionados ao pagamento até a data de vencimento da mensalidade.

Captações de alunos - São descontos específicos para novos alunos com o objetivo de reforço na captação.

Convênios com empresas - São descontos relacionados a convênios de parceria com empresas, que por sua vez divulgam internamente nossos cursos e instituições.

Pós-graduação - São descontos oferecidos durante o processo de captação de alunos de cursos da pós-graduação.

Parentesco - São descontos oferecidos a parentes de alunos.

Acordos - São descontos oferecidos a ex-alunos que não conseguiram prosseguir seus estudos por questões financeiras. Esses alunos são cobrados por empresas terceirizadas e esses descontos são variáveis, de acordo com o tempo de existência das dívidas.

Desempenho acadêmico - São descontos oferecidos a alunos com desempenho acadêmico destacado.

Segundo curso - São descontos oferecidos a ex-alunos que voltam para a instituição de ensino para cursar um segundo curso.

Devoluções - São devoluções de valores devido a acertos ou cancelamentos de matrícula.

Bolsa de estudos - São descontos para funcionários da instituição e outras bolsas que variam a cada processo de captação, conforme estratégia comercial.

No caso de eventos e seminários, nossa receita bruta é proveniente da venda direta de ingressos para cada um dos eventos e pela venda de patrocínios e parcerias para empresas em troca de exposição de suas marcas em nossos eventos. Desta forma, a receita bruta de eventos é uma função direta entre o volume de participantes em nossos eventos e o valor do ingresso vendido, bem como pelo volume de quotas de patrocínios vendidas às empresas parceiras. O sucesso de cada evento depende de nossa capacidade de montar eventos com conteúdo, formatos e palestrantes de relevância, bem como de nossa capacidade de gestão de relacionamento com empresas e indivíduos que historicamente consomem este tipo de evento. As receitas de eventos e seminários são reconhecidas quando o evento acontece. Dado que o planejamento dos eventos varia de ano a ano, e que normalmente são concentrados em poucos dias, isto pode gerar um efeito relevante de sazonalidade.

Para cursos *In Company* customizados e consultorias tecnológicas para empresas, são firmados contratos pelo valor completo trabalho ofertado, que também pode variar bastante de acordo com a carga-horária e formatos pactuados com os contratantes. As receitas são reconhecidas de acordo com o período em que o serviço é efetivamente prestado.

O HSM Experience, que é a plataforma digital com conteúdo em educação executiva, tem sua receita diretamente relacionada a quantidade de usuários multiplicado pelo preço da licença para a plataforma. O aumento na receita está diretamente relacionado com a divulgação e parcerias existentes para o crescimento da plataforma sendo utilizada por executivos de várias instituições.

No caso da EBRADI – Escola Brasileira de Direito, oferecemos ensino e capacitação jurídica on-line para todo o Brasil. Seu portfólio inclui cursos preparatórios para o exame da OAB, além de cursos de pós-graduação e extensão.

Para as receitas dos cursos de graduação, uma vez que aderimos ao PROUNI, temos isenção fiscal sobre tributos federais, incluindo PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Para os demais cursos ofertados, incidem além do ISS, com uma alíquota de 2% a 5%, PIS e COFINS com uma alíquota total de 0,65% e 3,00% respectivamente. Os serviços de consultoria são tributados por ISS, Pis e Cofins. O resultado das atividades não provenientes de cursos de graduação, caso lucrativas, estão sujeitas a IRPJ e CSLL.

Custos dos Produtos e Serviços

Com um modelo acadêmico desenvolvido internamente e uma forte cultura orçamentária e de resultados, nos esforçamos para conciliar uma eficiente estrutura de custos com uma entrega de alta qualidade em nossos serviços prestados.

Os principais custos de nossa atividade de ensino superior estão concentrados em custos com pessoal, prestadores de serviço, aluguel e ocupação. Nosso maior custo operacional é com pessoal e inclui salários, benefícios e encargos sociais, que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 representavam cerca de 57,9% do total de custos operacionais. Além do custo com professores, que representa a maior parte dos custos com pessoal, incluímos os gastos com pessoal de apoio acadêmico (diretores de *campus* e coordenadores de curso) e infraestrutura (manutenção, limpeza, segurança etc.). Oferecemos para nossos colaboradores uma série de benefícios que incluem, entre outros, bolsas de estudo, plano de saúde, vale alimentação e vale transporte. Os custos com professores variam de acordo com o número de turmas ofertadas, o valor de hora-aula pactuado com os professores de acordo com nosso plano de carreira docente e os reajustes salariais, que estão vinculados aos acordos coletivos firmados entre os sindicatos de mantenedores e de professores de cada estado.

Outro grande grupo de custos são os gastos diretamente vinculados à infraestrutura física de nossos *campi*. Com somente dois campi próprios, temos contratos de aluguel de longo prazo (que vão até 20 anos de contrato) em todos os nossos *campi*. As despesas de aluguel (incluindo depreciação do imobilizado), junto com os custos de ocupação (que incluem energia, água, IPTU etc.), representaram cerca de 4,8% dos custos totais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Todos os outros custos operacionais, que individualmente são de menor expressão, e que englobam manutenção dos *campi*, viagens técnicas, licenças de *software* acadêmicos, prestadores de serviço externos (que nos auxiliam em diversas atividades, desde ministrar parte de uma disciplina ou curso, até consultorias e serviços de apoio e planejamento vinculados a nossa atividade fim), entre outros. Todos estes outros custos responderam juntos por cerca de 11,3% dos custos apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Praticamente a totalidade dos nossos custos no segmento de ensino superior estão denominados em reais, e não possuem nenhum tipo de exposição material a outras moedas. No entanto, mais de 90% destes custos (principalmente salários, contratos de aluguel e utilidades) são contratualmente corrigidos por uma proxy de inflação, seja através dos dissídios coletivos ou por um índice de inflação previsto em contrato.

Despesas Operacionais

As nossas despesas comerciais compreendem as despesas com publicidade e propaganda, materiais e outras despesas de *marketing*, com exceção das despesas de pessoal. Estão incluídas também nas despesas comerciais as provisões para crédito de liquidação duvidosa (PCLD).

As nossas despesas gerais e administrativas estão relacionadas às despesas incorridas no suporte das nossas atividades operacionais. Uma das principais despesas é composta por despesas com pessoal, incluindo respectivos salários, encargos e benefícios. Entre os principais benefícios oferecidos a nossos colaboradores estão, entre outros, bolsas de estudos, plano de saúde, auxílio transporte e vale refeição. As despesas com pessoal incluem, além do pessoal administrativo alocado às diferentes unidades de negócio, também todo o pessoal alocado no centro de serviço compartilhado, e nas áreas funcionais da *holding*, incluindo as áreas de planejamento acadêmico, recursos humanos, *marketing*, planejamento financeiro, comercial, transformação digital, educação continuada, operações, novos negócios e jurídico, que atuam para todas as unidades de negócio. Acreditamos que esta estrutura matricial nos permite continuar crescendo através de abertura de novos *campi* e/ou aquisições com ganhos de escala ao mesmo tempo em que estabelecemos padrões de qualidade e de processos. As despesas gerais e administrativas incluem ainda os prestadores de serviços que atendem às áreas meio (como firmas de auditoria, escritórios de advocacia, consultores e assessores, entre outros), despesas de viagem, manutenção e licenças de *software* administrativos, assim como despesas com depreciação e amortização.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. Dentre as contas que compõem as receitas financeiras temos, principalmente, os juros sobre aplicações financeiras e os juros e multas sobre mensalidades em atraso. Com relação às receitas de multa e juros sobre mensalidade em atraso é importante destacar que somente as reconhecemos quando de fato se materializam através do efetivo pagamento pelo aluno do principal em atraso, acrescido das multas e dos juros. Acreditamos que este item seja de natureza recorrente devido a uma particular dinâmica do nosso negócio, onde cerca de um terço dos alunos recorrentemente paga suas mensalidades em atraso. No grupo de despesas financeiras incluímos todos os juros relacionados a empréstimos e financiamentos, programa de parcelamento de tributos, ajustes de variação monetária e ainda multa e juros sobre pagamentos de títulos em atraso.

Imposto de renda e contribuição social

Exceto pelos resultados da graduação, isenta de impostos federais em virtude de nossa adesão ao PROUNI, com relação às demais atividades, o IRPJ é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos é integralmente reconhecido enquanto o ativo depende de sua perspectiva de realização. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. As empresas de Ensino Superior estão inseridas no PROUNI, que estabelece, por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais, nomeadamente PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Instituições de Ensino Superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

Análise das variações de resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

<i>(em R\$ milhões)</i>	31/12/2024	AV (%)	31/12/2023	AV (%)
RECEITA LÍQUIDA	3.801,4	100,00%	3.727,9	100,00%
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	-1.450,0	-38,14%	-1.518,8	-40,69%
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	2.351,4	61,86%	2.214,1	59,31%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	-1.531,3	-40,28%	-1.689,2	-45,25%
Despesas comerciais	-290,7	-7,65%	-271,8	-7,28%
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	-178,5	-4,70%	-192,2	-5,15%
Despesas gerais e administrativas	-1.043,3	-27,45%	-1.140,4	-30,55%
Resultado de equivalência patrimonial	-11,8	-0,31%	-6,9	-0,18%

Outras (despesas) receitas operacionais	-7,0	-0,18%	-77,9	-2,09%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	820,1	21,57%	524,9	14,06%
Receitas financeiras	170,0	4,47%	168,5	4,51%
Despesas financeiras	-804,0	-21,15%	-911,3	-24,41%
Resultado financeiro líquido	-634,0	-16,68%	-742,8	-19,90%
PREJUÍZO ANTES DOS IMPOSTOS	186,1	4,90%	-217,9	-5,84%
IRPJ e CSLL corrente	-2,4	-0,06%	-4,9	-0,13%
IRPJ e CSLL diferido	20,8	0,55%	9,6	0,26%
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	204,5	5,38%	-213,2	-5,71%
Participação da controladora	85,1	2,24%	-329,6	-8,83%
Participação de acionistas não controladores	119,3	3,14%	116,5	3,12%

RECEITA LÍQUIDA

Tivemos uma receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 3.801,4 milhões, representando um aumento de 2,0% se comparado ao mesmo período no ano anterior, originado principalmente por crescimento de receita da Inspirali e do Ensino Digital, em função de amadurecimento das bases de alunos, aumento de vagas e oferta de novo curso de medicina, e de uma eficaz estratégia de crescimento de ticket.

CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, nossos custos totalizaram R\$ 1.450,0 milhões, o que representa uma redução de R\$ 68,8 milhões, em relação ao mesmo período de 2023. Nossos custos em relação à receita líquida passaram de 40,7% no exercício findo em 2023 para 38,1% no mesmo período de 2024. Tal desempenho foi atingido como resultado de nossa disciplina de execução e acompanhamento diligente de custos e despesas, e é decorrente principalmente de nossa estratégia de otimização de nossas atividades operacionais, e maior integração entre as unidades com uma oferta acadêmica mais eficiente, trazendo ganhos no custo com pessoal.

LUCRO BRUTO

Reportamos, dessa forma, um Lucro Bruto de R\$ 2.351,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o que representa um aumento de R\$ 137,3 milhões, em relação ao mesmo período de 2023. Em relação à receita líquida, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 nosso lucro bruto representou 61,86%. Esta evolução está diretamente ligada aos nossos esforços de recomposição de margens, puxados principalmente pelas melhorias em custos.

DESPESAS COMERCIAIS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as despesas comerciais, totalizaram R\$ 290,7 milhões, ou 7,65% sobre a receita líquida, enquanto, no mesmo período de 2023 totalizaram R\$ 271,8 milhões ou 7,28% da receita líquida, ficando em linha com o ano anterior, seguindo o acompanhamento diligente acompanhamento diligente de custos e despesas, sem deixar de lado otimizações na estratégia comercial.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Nossas despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 1.043,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o que representa 27,45% da receita líquida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 1.140,4 milhões, ou 30,55% da receita líquida. O resultado é fruto principalmente dos esforços que fizemos de controle do G&A, com iniciativas de reestruturações internas em busca de maior sinergia entre as áreas.

PERDA ESTIMADA PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa somaram R\$ 178,5 milhões, ou 4,7% sobre a receita líquida, redução em comparação a 2023 quando representava 5,1% da receita líquida, a redução é decorrente a mudanças no perfil de aluno e de resultados de cobrança mais eficiente.

RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

A sociedade constituída com a Le Cordon Bleu, que reconhecemos em nossos resultados equivalência patrimonial, passou de um prejuízo de R\$ 2,4 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para um prejuízo de R\$ 2,7 milhões no mesmo período de 2024. A sociedade constituída com a Gama Academy apresentou um prejuízo de R\$ 4,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para um prejuízo de R\$ 6,1 milhões no mesmo período de 2024. A sociedade Vivae, apresentou um prejuízo de R\$ 2,9 milhões.

OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

As outras (despesas) receitas operacionais totalizaram uma despesa de R\$ 7,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, enquanto no mesmo período de 2023 totalizaram uma receita de R\$ 77,9 milhões.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tivemos um resultado financeiro negativo de R\$ 634,0 milhões, ante um resultado negativo de R\$ R\$ 742,8 milhões no mesmo período de 2023, decorrente, principalmente, da redução das despesas de juros, resultado dos menores *spreads* obtidos nas iniciativas de gestão de passivos bancários.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

Nossos cursos de graduação gozam de benefícios do ProUni, com a isenção do imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Desta forma, somente os cursos de pós-graduação estão sujeitos à tributação de IR e CSLL. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, reportamos uma receita de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 18,4 milhões, comparado a uma receita de R\$ 4,7 milhões no mesmo período de 2023.

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO

Em razão dos fatores acima evidenciados, o resultado líquido acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizou um lucro de R\$ 204,4 milhões, ou R\$ 417,6 milhões acima do valor reportado no mesmo período de 2023, que correspondeu a um prejuízo de R\$ R\$ 213,2 milhões.

Análise das principais variações do fluxo de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2024 comparado ao do período findo em 31 de dezembro de 2023

(em R\$ milhões)	31/12/2024	31/12/2023	Var. 24 / 23 (\$)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) do exercício	204,4	- 213,2	417,6
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	178,5	192,2	-13,7
Depreciação e amortização (exceto arrendamentos)	329,9	366,4	-36,5
Amortização direito de uso de arrendamentos	151,1	168,1	-17,0
Multa entrega de imóveis	1,5	58,6	-57,1
Resultado de equivalência patrimonial	11,8	6,9	4,9
Despesas juros sobre empréstimos, debêntures e impostos parcelados	516,6	606,9	-90,3
Baixa de custo de captação antecipação pgto. debêntures e taxa de antecipação	25,7	-	25,7
Perda por impairment	6,1	42,2	-36,1
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	4,2	51,6	-47,4
Despesa financeira de arrendamentos	142,3	154,8	-12,5
Valor justo com derivativos	-1,1	51,0	-52,1
Valor justo earn-out	-3,0	-69,5	66,5
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-18,4	-4,7	-13,7
Outros ajustes ao lucro	25,8	23,0	2,8
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Redução (aumento) de contas a receber	-321,2	-128,6	-192,6
Redução (aumento) de adiantamentos diversos	1,6	23,8	-22,2
Redução (aumento) de depósitos judiciais	-23,2	-21,6	-1,6
Redução (aumento) de outros ativos	35,5	15,8	19,7
(Redução) aumento de fornecedores	33,5	-33,1	66,6
(Redução) aumento de obrigações tributárias, sociais e salariais	-18,7	21,9	-40,6
(Redução) aumento de adiantamento de clientes	38,4	8,9	29,5
(Redução) aumento de provisão para riscos	-78,8	-87,0	8,2
(Redução) aumento de outros passivos	3,2	-6,1	9,3
Juros pagos	-635,3	-723,2	87,9
Imposto de renda e contribuição social pagos	-2,2	-4,3	2,1
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	608,2	500,8	107,4
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Concessões	-2,2	-6,5	4,3
Recebimentos	1,5	0,5	1,0
Aumento/redução de capital em investida	-4,1	-12,2	8,1

Aumento de capital de acionistas não controladores	1,2	-	1,2
Aquisições de controladas líquidas dos caixas adquiridos	-9,0	-	-9,0
Resgate de (investimento em) aplicações financeiras	-307,1	209,1	-516,2
Compra de ativo imobilizado	-87,3	-92,9	5,6
Compra de ativo intangível	-88,5	-97,6	9,1
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Mútuos com partes relacionadas			
Captações	-	0,1	-0,1
Amortizações	-	-0,1	0,1
Empréstimos, financiamentos e debêntures			
Captações	2.815,8	570,0	2.245,8
Amortizações	-2.526,9	-878,5	-
			1.648,4
Perda com derivativos	-10,9	-52,2	41,3
Amortização de títulos a pagar na aquisição de controladas	-41,8	-109,1	67,3
Pagamento de arrendamentos	-133,3	-135,8	2,5
Pagamento de multa sobre entrega de imóveis	-8,8	-31,9	23,1
Ações em tesouraria	-	-6,9	6,9
Dividendos pagos	-246,8	-139,8	-107,0
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-40,0	-283,0	243,0
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES			-
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	139,4	422,4	-283,0
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	99,6	139,4	-39,8
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-39,8	-283,0	243,2

A aplicação líquida de caixa e equivalente de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 39,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2023 tínhamos um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 283,0 milhões. Abaixo os principais destaques com relação ao fluxo de caixa para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024:

a) Caixa gerado pelas atividades operacionais: O valor do caixa gerado pelas atividades operacionais aumentou R\$ 107,4 milhões, passando de uma geração de R\$ 500,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 para uma geração de caixa de R\$ 608,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa variação decorreu principalmente por uma melhora dos nossos resultados operacionais e por um menor consumo de capital de giro.

b) Caixa aplicado nas atividades de investimentos: Nossas atividades de investiram R\$ 495,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e geraram R\$ 0,5 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esta variação pode ser explicada por investimentos na linha de aplicações financeiras.

c) Caixa gerado nas atividades de financiamento: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as atividades de financiamento aplicaram R\$ 152,7 milhões, comparado a caixa aplicado de R\$ R\$ 784,3 milhões no mesmo período de 2023, explicado principalmente pela captação dos empréstimos, financiamentos e debêntures em 2024.

2.2 - Resultado Operacional e Financeiro

a. Resultado das nossas operações:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita bruta é composta principalmente pelas mensalidades pagas pelos estudantes nos cursos ministrados em nossas controladas, bem como pelas taxas de inscrição de participantes nos eventos promovidos pela HSM, pela prestação de serviços de educação e treinamento customizados para empresas. Também integram nossa receita bruta taxas acadêmicas por diversos serviços prestados aos estudantes, tais como venda de material didático, impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, provas de segunda chamada, requerimento de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, entre outros.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 04 de julho de 2023, a Inspirali Brasil assinou o contrato para a conclusão da transação com o IBCMED, exercendo a opção da aquisição da totalidade de participação.

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas em nossos resultados, vide item 2.1(h) do Formulário de Referência.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os principais fatores determinantes de nossa receita bruta, em função de sua composição, são o número de estudantes matriculados em nossos cursos e o valor das respectivas mensalidades.

O número de estudantes decorre diretamente dos processos seletivos conduzidos por nossas controladas (vestibulares) e da retenção dos estudantes matriculados desde o início até o fim dos cursos. Por sua vez, nossa capacidade de captação de estudantes depende de nossa oferta de cursos, de sua duração e do número de vagas oferecidas em cada curso. Existe ainda um volume de evasão de estudantes entre a matrícula e o início do curso, impactada diretamente por questões pessoais e pela capacidade de pagamento por parte do aluno do valor do curso.

Nossas mensalidades são definidas tomando como base a estrutura de custos e necessidades de investimentos (incluindo estrutura física necessária, corpo docente e uso de material, dentre outros fatores) de cada curso bem como pela atratividade dos cursos, notadamente influenciada pelas demandas do mercado de trabalho.

Nossa receita operacional líquida apresentou aumento de 1,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 em relação ao mesmo período de 2023, explicado pelo aumento de ticket líquido, originado principalmente da Inspirali e do Ensino Digital, com amadurecimento das bases de alunos e de uma eficaz estratégia de crescimento de ticket. Exceto pelo acima disposto, não existem outros fatores que influenciaram significativamente nossas receitas.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro

Inflação

Nosso desempenho financeiro e operacional pode ser impactado pela variação da inflação na medida em que nossos custos e despesas operacionais sofrem reajustes inflacionários. Na hipótese de uma aceleração excessiva dos índices inflacionários, o consequente aumento expressivo nos custos de nossas operações (sobretudo salários de nossos funcionários) poderia fazer com que não conseguíssemos repassar a elevação das taxas de inflação que suportamos em nossos custos para nossos serviços (mensalidades), prejudicando as nossas margens e resultados líquidos.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2023 e 2024 as variações inflacionárias e seu respectivo aumento nos custos foram repassados às mensalidades, equilibrando-se assim nossos resultados.

Variação de preços dos principais insumos e produtos

Nossos principais insumos são os salários de nossos funcionários e professores, que não sofreram alterações significativas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2024 que pudessem impactar materialmente nossos resultados.

Câmbio

Não auferimos receita atrelada a moedas estrangeiras. Desta forma, as oscilações do câmbio não interferiram nem provocaram qualquer impacto em nossos resultados operacionais. Somente na HSM, onde temos exposição cambial relacionada ao custo dos palestrantes internacionais que são contratados em moeda estrangeira, mantivemos operações de “compra” de moeda à termo (NDF – Non Deliverable Forward) em dólares, com objetivo de proteção contra a variação cambial.

Taxa de Juros

A maior parte do nosso endividamento junto a instituições financeiras em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 4.121,0 milhões, era indexada à variação do CDI. Um eventual aumento significativo das taxas de juros geraria um risco de aumentos sobre o nosso endividamento, impactando de forma adversa nossas despesas financeiras. Podemos não ter condições de compensar esses aumentos com elevação dos preços de nossos serviços, o que poderia impactar negativamente, assim, nossa situação financeira, margens e resultados líquidos.

As rigorosas políticas monetárias adotadas pelo Governo Federal, inclusive com altas taxas de juros, podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. De modo inverso, políticas governamentais e monetárias mais brandas e a diminuição das taxas de juros podem desencadear aumentos das taxas inflacionárias e, em consequência, a volatilidade do crescimento e a necessidade de súbitos e significativos aumentos das taxas de juros, o que poderia nos afetar negativamente. Além disso, podemos não ter condições de ajustar os preços praticados para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos.

Para maiores informações sobre os impactos da variação das taxas de juros sobre a nossa situação financeira, vide item 5.1 do Formulário de Referência.

Financiamento a Estudantes

De acordo com o MEC, o FIES (Financiamento ao Estudante de Ensino Superior) é um programa destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Mudanças adotadas no programa a partir de 2015 impactaram negativamente nosso resultado. Porém, para não haver dependência do financiamento do governo, mantemos desde 2006 uma opção privada, o Pravalor, em parceria com a empresa de mesmo nome. Para maiores informações sobre o FIES, vide item do 1.6 do Formulário de Referência.

2.3. - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2024 foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não houve alterações.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não houve impactos.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nossos Diretores confirmam que não houve, nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2024 quaisquer opiniões modificadas e ênfases nos relatórios dos auditores da Companhia.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nossos Diretores confirmam que não houve, nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2024 quaisquer ressalvas nos pareceres e relatórios dos auditores da Companhia.

2.4 - Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de segmento operacional.

No exercício social de 2024, consideramos mudanças estratégicas, bem como a forma para acompanhar o desempenho do negócio, o segmento “Lifelong learning” passou a ser apresentado como parte do segmento “Ânima Core”, e o segmento “Ensino digital” passou a ser apresentado de forma segregada. Adicionalmente, o segmento corporativo passou a considerar, além das despesas exclusivas relacionadas à governança e despesas financeiras da Holding, despesas de estruturas corporativas que prestam serviços para todos os segmentos do Grupo.

Não houve, para os exercícios de 2022 e 2023, introdução de qualquer segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 02 de dezembro de 2024, assinamos, por meio da subsidiária IBCMED, contrato para aquisição de 100% das quotas ordinárias da EMR - Eu Médico Residente Ensino Ltda. A transação não estava sujeita à aprovação do CADE.

c. Eventos ou operações não usuais.

Tivemos alguns eventos não usuais e de natureza não recorrente que impactaram o resultado de nossas controladas:

(em R\$ milhões)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024
Desmobilizações	0,9
Reestruturação e verbas rescisórias	28,4
Baixas contábeis de ativos	3,8
Outros	(23,9)
TOTAL DE AJUSTES NÃO RECORRENTES	9,2

Em 2024 tivemos total de R\$ 9,2 milhões de despesas não recorrentes, decorrentes principalmente das iniciativas que realizamos para melhoria da eficiência operacional, que incluem:

- a) Verbas rescisórias da reestruturação de folha acadêmica e administrativa;
- b) Atualização de ativos de depósito judiciais e do contas a receber;

Além de outros itens não-caixa:

- c) Baixas contábeis de ativos relacionados baixa de custos incorridos com a criação da empresa Inspirali Ltda, que foi descontinuada e, reversão de provisões para perdas constituída para a controlada Gama Academy, líquida da constituição de provisão para perdas em outros ativos.

2.5 – Medições não contábeis

a. valor das medições não contábeis

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(Em milhões de Reais)	2024	2023
Lucro Bruto Ajustado	2.557,7	2.458,5
Lucro Líquido Ajustado	187,0	(46,4)
Resultado Operacional Ajustado	1.651,5	1.526,8
EBITDA	1.312,9	1.066,4
EBITDA Ajustado	1.361,0	1.208,1
EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16	1.084,9	923,5
Dívida Líquida	2.882,4	2.845,9
Dívida Líquida Ajustada	3.041,3	2.998,0
Dívida Líquida com efeito IFRS16	4.230,0	4.301,9

b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e informações contábeis intermediárias revisadas:

EBITDA, EBITDA Ajustado e EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16

Em 23 de junho de 2022, a CVM expediu a Resolução CVM nº 156/22 dispõe sobre a divulgação voluntária do EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) pelas companhias abertas, produzindo efeitos a partir de 1º de agosto de 2022. As informações sobre o EBITDA divulgadas neste item 2.5 observam as regras da referida instrução.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado sem efeito IFRS são medidas de desempenho financeiro não baseadas nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") adotadas por nossa Administração e conciliadas com nossas demonstrações financeiras. O EBITDA, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 não são medidas de desempenho financeiro segundo as IFRS, não apresentam o fluxo de caixa dos períodos indicados e não deverão ser considerados uma alternativa ao lucro líquido como medida de desempenho operacional ou como alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O EBITDA, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 não possuem significado padronizado e nossas definições poderão não ser comparáveis às utilizadas por outras empresas. O uso do EBITDA, do EBITDA Ajustado e do EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 como indicadores da lucratividade da Companhia possui limitações porque não leva em conta certos custos atinentes aos negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, juros e multas sobre recebimentos em atraso de clientes e demais despesas correlatas.

O EBITDA corresponde ao nosso lucro (prejuízo) líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido, das despesas de depreciação, amortização e exaustão e da equivalência patrimonial, conforme aplicável. O EBITDA Ajustado é uma resultante do EBITDA ajustado para voltar os efeitos das multas e Juros sobre mensalidades, equivalência patrimonial e itens não recorrentes. O EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 é composto pelo EBITDA Ajustado excluindo o impacto da adoção do IFRS 16.

A tabela a seguir representa a conciliação do nosso EBITDA e do nosso EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(Em milhões de Reais)	2024	2023
Lucro Líquido	204,4	(213,2)
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	(18,4)	(4,7)
Resultado financeiro líquido	634,0	742,8
Depreciação e amortização	481,0	534,6
(+/-) Equivalência Patrimonial	11,8	6,9
EBITDA	1.312,9	1.066,4
Margem EBITDA	34,5%	28,6%
(+) Multas e Juros sobre Mensalidades	38,9	23,6
(+/-) Itens não recorrentes	9,2	118,2
- Multas contratos de aluguel	-	58,6
- Desmobilizações	0,9	3,8
- Verbas rescisórias	28,4	55,6
- Baixas de earn-outs	-	(69,9)
- Baixas contábeis de ativos	3,8	68,5
- Outros	(23,9)	1,5
EBITDA Ajustado	1.361,0	1.208,1
Margem EBITDA ajustado	35,8%	32,4%
(+/-) Efeito IFRS-16	(276,1)	(284,6)
EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16	1.084,9	923,5
Margem EBITDA ajustado sem efeito IFRS 16	28,5%	24,7%

Em janeiro de 2019, entrou em vigor a nova regra contábil do IFRS 16 – Arrendamentos, (no Brasil a norma correlata é o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2)), que alterou os critérios de reconhecimento de contratos que envolvem a disponibilidade de uso de bens com a explícita finalidade de trazer a maioria dos arrendamentos de uma arrendatária para o balanço patrimonial. Além dos impactos nos saldos e na apresentação das demonstrações financeiras da arrendatária, também houve mudanças na contabilização ao longo do prazo de vigência do arrendamento.

Na Companhia, o impacto observado está relacionado aos contratos de aluguel, já que a maior parte de nossas unidades acadêmicas e administrativas são alugadas, e a maioria delas possui valores relevantes, estando assim abrangidas pela nova norma.

No balanço patrimonial, o movimento contábil que se observa é: na conta de ativo, passamos a reconhecer o direito de uso dos ativos para todos os nossos contratos de aluguel; enquanto no passivo, registramos a obrigação referente ao valor presente dos mesmos contratos de aluguel.

Já na demonstração de resultado, a despesa que anteriormente era despesa de aluguel será substituída por despesas de depreciação do ativo de direito de uso e despesas financeiras decorrentes do custo do passivo de arrendamento.

Como consequência das despesas financeiras calculadas sobre o custo amortizado do passivo, as companhias irão registrar despesas maiores no início do prazo do arrendamento para a maioria dos contratos, uma vez que os pagamentos do arrendamento são fixos e as despesas de juros são maiores no início do contrato. Por outro lado, a depreciação do ativo de direito de uso tende a ser constante.

Ainda que seja uma mudança de classificação estritamente contábil, a nova regra atinge o cálculo do EBITDA, na medida em que as despesas de aluguel deixam de ser consideradas nessa métrica. Já no Lucro Líquido o impacto é negativo, uma vez que os aluguéis se desdobram em duas contas redutoras, a da depreciação do ativo de direito de uso e a das despesas financeiras do passivo.

De forma a facilitar ao mercado uma visão transparente e comparável de nossos resultados, publicamos, durante todo o ano, as nossas informações excluindo o efeito IFRS-16, adicionalmente aos números que já consideram a nova classificação.

Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16

Nós calculamos a dívida líquida a partir da soma de nossos empréstimos, financiamentos e debêntures e derivativos deduzidos os montantes registrados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras nos ativos e passivos circulantes e não circulantes. A Dívida Líquida Ajustada é calculada pela soma da Dívida Líquida com ajuste de outras obrigações nos passivos circulantes e não circulantes. A Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16 é calculada pela soma da Dívida Líquida Ajustada com o efeito dos passivos em decorrência do IFRS 16 (aplicado em 1 de janeiro de 2019). Não existe uma definição padrão para medir a Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e a Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16 e nossa definição pode ser diferente do que é utilizado por outras companhias. A Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e a Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16 não são medidas de endividamento de acordo com o BR GAAP ou IFRS, ou medidas de nosso fluxo de caixa, liquidez e recursos disponíveis para atender a nossa dívida.

A tabela abaixo mostra a reconciliação de caixa e equivalentes apresentados no balanço patrimonial, a dívida líquida como um dos períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de	
(Em milhões de Reais)	2024	2023
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(99,6)	(139,4)
(-) Aplicações Financeiras	(1.152,4)	(845,1)
Caixa e Aplicações Financeiras	(1.252,0)	(984,5)
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.121,1	3.797,1
- Empréstimos, financiamentos e debêntures circulante	146,9	876,0
- Empréstimos, financiamentos e debêntures não circulante	3.974,1	2.921,1
(+) Derivativos	13,3	33,3
- Derivativos circulante	1,7	4,2
- Derivativos não circulante	11,6	29,1
Dívida Líquida	2.882,4	2.845,9
(+) Outras Obrigações	158,9	152,1
Dívida Líquida Ajustada	3.041,3	2.998,0
(+) Efeito IFRS 16	1.188,7	1.304,0
Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16	4.230,0	4.301,9

Lucro bruto ajustado

O Lucro bruto ajustado é uma medida de desempenho financeiro não baseada nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") adotada por nossa Administração e conciliada com nossas demonstrações financeiras. O Lucro bruto ajustado não é medida de desempenho financeiro segundo as IFRS e não possui significado padronizado e nossa definição poderá não ser comparável à utilizada por outras empresas. O uso do Lucro bruto ajustado como indicador de lucratividade da Companhia possui limitações porque não leva em conta certos custos atinentes aos negócios da Companhia, tais como a depreciação e amortização e itens não recorrentes. A reconciliação deste indicador encontra-se na tabela a seguir.

	Em 31 de dezembro de	
(Em milhões de Reais)	2024	2023
Lucro Bruto	2.351,4	2.214,1
Deprec. & Amort.	200,4	203,7
Itens Não Recor.	5,9	40,7
Lucro Bruto Ajustado	2.557,7	2.458,7

Resultado operacional ajustado

O Resultado operacional ajustado é uma medida de desempenho financeiro não baseada nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") adotada por nossa Administração e conciliada com nossas demonstrações financeiras. O Resultado operacional ajustado não é medida de desempenho financeiro segundo as IFRS e não possui significado padronizado e nossa definição poderá não ser comparável à utilizada por outras empresas. O uso do Resultado operacional ajustado como indicador de lucratividade da Companhia possui limitações porque não leva em conta certos custos atinentes aos negócios da Companhia, tais como a depreciação e amortização, despesas corporativas, multas e juros sobre mensalidades, bem como itens não recorrentes. A reconciliação deste indicador encontra-se na sessão. A reconciliação deste indicador encontra-se na tabela a seguir.

	Em 31 de dezembro de	
(Em milhões de Reais)	2024	2023
Resultado Operacional	831,9	531,8
Deprec. & Amort.	481,0	534,6
Despesas Corporativas	290,5	318,7
Multa & Juros Mens.	38,9	23,6
Itens Não Recor.	9,2	118,2
Resultado Operacional Ajustado	1.651,5	1.526,8

Lucro Líquido Ajustado

O Lucro líquido ajustado é uma medida de desempenho financeiro não baseada nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) adotada por nossa Administração e conciliada com nossas demonstrações financeiras. O Lucro líquido ajustado não é medida de desempenho financeiro segundo as IFRS e não possui significado padronizado e nossa definição poderá não ser comparável à utilizada por outras empresas. O uso do Lucro líquido ajustado como indicador de lucratividade da Companhia possui limitações porque não leva em conta certos custos atinentes aos negócios da Companhia, tais como a depreciação e amortização, despesas corporativas, multas e juros sobre mensalidades, bem como itens não recorrentes. A reconciliação deste indicador encontra-se a seguir.

<i>em R\$ milhões</i>	2024	2023
Lucro (Prejuízo) Líquido	204,4	(213,2)
(-) Participação dos acionistas não controladores	119,3	116,5
Lucro (Prejuízo) Líquido, atribuível aos acionistas controladores	85,1	(329,6)
Itens Não-Recorrentes – EBITDA	9,1	118,2
Recuperação de impostos	(16,0)	0,0
Amortização de intangível	90,5	165,1
Penalty fee pré pagamento de debenture	1,7	0,0
Baixa do custo de captação da debênture pré-paga	16,6	0,0
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado	187,0	(46,4)

c. motivo pelo qual entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da nossa condição financeira e do resultado de nossas operações:

EBITDA, EBITDA Ajustado e EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16

A nossa Administração acredita que o EBITDA, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 são medidas práticas para aferir o desempenho operacional e permite uma comparação com outras empresas do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16

A Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e a Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16 são medidas de desempenho financeiro não baseadas nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) adotadas por nossa Administração e conciliadas com nossas demonstrações financeiras. A Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e a Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16 não são medidas de desempenho financeiro segundo as IFRS, e não deverão ser considerados como representatividade do nosso endividamento. A Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e a Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16 não possuem significado padronizado e nossas definições poderão não ser comparáveis às utilizadas por outras empresas.

A nossa Administração acredita que a Dívida Líquida, *Dívida Líquida Ajustada* e a Dívida Líquida *Ajustada* com efeito IFRS16 são medições não contábil amplamente utilizada no mercado financeiro para captação de recursos e representa mais adequadamente nosso endividamento financeiro.

Lucro Bruto Ajustado

A nossa Administração acredita que o Lucro Bruto Ajustado é medição não contábil representa mais adequadamente para aferir a eficiência operacional de sua prestação de serviços e permite uma comparação com outras empresas do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

Resultado Operacional Ajustado

A nossa Administração acredita que o Resultado Operacional Ajustado é medição não contábil representa mais adequadamente o desempenho operacional, antes dos custos corporativos, e permite uma comparação com outras empresas do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

Lucro Líquido Ajustado

A nossa Administração acredita que o Resultado Operacional Ajustado é medição não contábil representa mais adequadamente o lucro do período ao desconsiderar itens de natureza não recorrente e/ou amortização de ativos de aquisições.

2.6 – Eventos Subsequentes às DFs

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 não houve evento subsequente.

2.7 – Destinação de resultados

Período	2024
(a) Regras sobre retenção de lucros	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados, provisão para o imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.</p> <p>Do lucro líquido do exercício, 5,0% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20,0% (vinte por cento) do capital social.</p> <p>A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.</p> <p>Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício social após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.</p>
Valores das Retenções de Lucros	<p>Para a assembleia geral ordinária a ser realizada no dia 24/04/2025, que vai deliberar sobre o resultado do exercício social de 2024, foi proposto pela administração a distribuição de dividendos, conforme proposta da administração.</p>
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	<p>Reserva Legal: 5% Reserva de Investimentos: 0%</p>
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, o lucro líquido apurado no exercício, terá a seguinte destinação:</p> <p>(i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social subscrito da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;</p> <p>(ii) uma parcela por proposta dos órgãos da administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;</p>

	<p>(iii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>(iv) como dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da Reserva Legal; e (b) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (alínea (ii) supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores, ressalvado o disposto no parágrafo primeiro abaixo; e</p> <p>(v) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.</p>
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, ao final de cada exercício social deverá ser preparado um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras, que deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM e publicadas nos termos da legislação societária aplicável, observadas as disposições legais vigentes e as disposições do Estatuto.</p> <p>Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá solicitar que a Diretoria prepare balanços a qualquer tempo, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros verificados, observadas as previsões legais aplicáveis. A qualquer tempo, o Conselho de Administração poderá também decidir sobre a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou reserva de lucros, observadas as previsões legais aplicáveis. Quando distribuídos, estes dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.</p>
(d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<p>Salvo pelo disposto na Lei de Sociedades por Ações e em nosso Estatuto Social, não possuímos restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p>
(e) Se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando, data de aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	<p>Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.</p>

2.8. Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: *i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv. contratos de construção não terminada; v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Não possuímos ativos ou passivos relevantes que não estejam refletidos em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer itens relevantes que não estejam evidenciados nas nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

2.9. Comentários sobre itens não evidenciados

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

2.10 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nossos investimentos são destinados principalmente à manutenção e expansão de nossas atividades operacionais, tendo como principal fonte de capital o caixa gerado por nossas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nossos investimentos totalizaram R\$ 175,8 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nossos investimentos totalizaram R\$ 190,3 milhões. Nossos investimentos envolvem a abertura de novas unidades, renovação de nossos *campi*, aquisição de bibliografia, ampliação e renovação de laboratórios acadêmicos, salas de aula e investimento em tecnologia de informação, envolvendo desde a aquisição e desenvolvimento de softwares como compra de computadores e outros equipamentos. Além dos investimentos de manutenção e expansão, continuamos alocando recursos em tecnologia aplicada à educação. Entre os principais projetos estão os relacionados ao desenvolvimento de conteúdo e evolução das plataformas tecnológicas para nosso ensino híbrido, modelo acadêmico (E2A) e dos nossos projetos de Inovação, dentro do nosso contexto de transformação digital.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Para financiamento de nossos investimentos, utilizamos principalmente os recursos provenientes do próprio caixa gerado por nossas atividades operacionais, bem como pelos financiamentos em curso e eventuais novos empréstimos captados em bancos de primeira linha, bancos de fomento ou ainda junto ao mercado de capitais.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024, não realizamos desinvestimentos relevantes.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 02 de dezembro de 2024, assinamos, por meio da subsidiária IBCMED, contrato para aquisição de 100% das quotas ordinárias da da EMR-Eu Médico Residente Ensino Ltda.

Nossos Diretores acreditam que as aquisições mencionadas continuarão a influenciar positiva e materialmente nossa capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não existem pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não existem pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços em andamento.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não existem projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não está em curso, atualmente, o desenvolvimento de novos produtos ou serviços em andamento.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia está em processo de diagnóstico e análise ASG, em virtude desse trabalho, não há, por enquanto, há a definição de plano relacionado às questões.

2.11 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Além dos fatores mencionados no item 2.10 deste Formulário de Referência, não existem outros fatores com influência relevante.

**ANEXO 1.2. Parecer dos Auditores Independentes (Art. 10, inciso IV,
Resolução CVM nº 81/2022)**

Ânima Holding S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e
relatório do auditor independente.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores da
Ânima Holding S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ânima Holding S.A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

A principal fonte de receita da Companhia e de suas controladas advém da cobrança de mensalidades de alunos matriculados nos cursos regulares de graduação, pós-graduação e cursos técnicos nas modalidades presencial e à distância. Consideramos o reconhecimento de receita como um principal assunto de auditoria, pois as receitas são decorrentes de grande volume de transações, individualmente de baixo valor, cujos controles internos estabelecidos dependem da manutenção de um adequado cadastro de alunos e precificação dos cursos ofertados e a Companhia oferece algumas modalidades de descontos e bolsas, integrais ou parciais, aos seus alunos, o que requer a existência e funcionamento de controles internos capazes de garantir que a receita esteja adequadamente reconhecida, líquida de qualquer desconto esperado.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia e suas controladas para o processo de matrículas e manutenção de tabela de preços; (ii) inspeção de documentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, em bases amostrais, incluindo: a) contratos de serviços firmados pelos alunos; b) documentações exigidas nas políticas da Companhia e suas controladas para cadastramento do aluno; c) comprovantes de liquidação de boletos de matrícula, mensalidades e acordos; d) relatórios de frequência de alunos; e) emissão de cobranças e registro contábil das mensalidades; (iii) seleção com

base em amostras de mensalidades provenientes de alunos que são elegíveis ao PROUNI para confirmação da comprovação de adesão do aluno ao referido programa; (iv) testes de liquidação subsequente para os valores de mensalidade faturados e (v) confirmação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado.

Como resultado destes procedimentos não identificamos ajuste de auditoria sobre a receita líquida. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento de receitas da Companhia e suas controladas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.17 e 20, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber

A apuração do valor da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber envolve subjetividade e alto grau de julgamento da diretoria da Companhia. A determinação do valor da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber envolve um processo com várias premissas e fatores, incluindo renegociação de dívidas, histórico de inadimplência e avaliação do ambiente macroeconômico e setorial. A relevância de alunos matriculados em conexão com programa governamental do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) requer da diretoria da Companhia julgamentos de certa complexidade no que se refere a probabilidade de recebimento futuro das mensalidades desses alunos. Adicionalmente, em função do ciclo semestral de matrícula, os alunos que permanecem inadimplentes ao final de cada semestre ou que não estão mais matriculados, trazem maior risco de perdas nas contas a receber, o que requer que sejam firmados acordos para recuperação dos créditos vencidos e julgamento para a determinação da provisão para perdas esperadas com esses acordos, que engloba não somente os alunos inadimplentes, mas também aqueles que firmaram acordos para pagamento de parcelas vencidas, que podem não ser completamente honrados. Consideramos esse um principal assunto de auditoria, pois o uso de julgamentos, premissas e fatores na apuração da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber de clientes pode resultar em variações significativas dessa estimativa em relação às perdas reais e esperadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento do processo para apuração da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber de clientes, incluindo: (i) avaliação das conciliações da base de dados considerada na análise; (ii) discussão com a diretoria a respeito das premissas adotadas na mensuração do valor recuperável do contas a receber; (iii)

verificação da aderência à política de provisionamento estabelecida pela diretoria para toda a base de alunos; (iv) recálculo da provisão, incluindo o reprocessamento do aging list, aplicação dos critérios definidos pela diretoria e testes da exatidão matemática dos cálculos da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber; (v) testes das premissas da diretoria da Companhia, quais sejam, percentuais de perda esperadas baseados nas perdas históricas com contas a receber, considerando as condições atuais de mercado e as estimativas futuras ao final de cada período; (vi) confronto entre os valores apurados e contabilizados de provisão.

Como resultado destes procedimentos não identificamos ajuste de auditoria sobre a provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber de clientes adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.1.5 e 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Teste de recuperabilidade do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida

Em decorrência das transações de combinação de negócios realizadas em exercícios anteriores, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, nos montantes de R\$ 3.263.482 mil e R\$ 1.503.954 mil, respectivamente, os quais estão registrados nas demonstrações financeiras consolidadas e sujeitos a verificações anuais quanto a sua recuperabilidade (impairment).

Devido à alta subjetividade das estimativas necessárias à condução do referido teste de impairment por parte da diretoria para dar respaldo às principais premissas (tais como taxa de desconto, taxa de crescimento na perpetuidade, crescimento de receita, base de alunos, valor das mensalidades, margem bruta, custos e despesas projetadas), bem como o valor contábil do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, nos montantes acima descritos, o teste de recuperabilidade foi identificado como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) testes sobre os princípios e integridade dos modelos de fluxo de caixa futuros descontados elaborados pelo especialista da diretoria da Companhia; (ii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de

aderência das projeções realizadas anteriormente; (iii) teste das principais premissas utilizadas pela Companhia durante o horizonte da projeção, tais como as variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas para o período explícito e para a perpetuidade, o nível de investimentos de capital e o capital de giro necessários, assim como a taxa de desconto, base de alunos e mensalidades projetadas, comparando as referidas premissas com dados obtidos externamente e nossas próprias avaliações de dados relevantes, como o crescimento econômico projetado no período explícito e na perpetuidade, inflação de custos e taxas de desconto e (iv) envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na revisão e avaliação das premissas e métodos utilizados pela Companhia para testar as taxas de desconto e avaliar o modelo que calcula os fluxos de caixa futuros. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de determinação do valor recuperável do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.1.6 e 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções

relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 20 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

Tomas Menezes
Contador MG-090648/O

ANEXO 1.3. Parecer do Conselho Fiscal (Art. 10, inciso V, Resolução CVM nº 81/2022)



Ânima Holding S/A
Companhia Aberta
CNPJ nº 09.288.252/0001-32
NIRE nº 35300350430

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL (CF) - 2025

DATA, HORA E LOCAL: Iniciada em 11 de março de 2025, às 14:00 horas, presencialmente e transmitida por videoconferência, e encerrada em 20 de março de 2025.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Os membros do Conselho Fiscal da Companhia foram devidamente convocados nos termos do seu Regimento Interno. Presente a totalidade dos membros do Conselho Fiscal: Carla Alessandra Trematore, Bruno Meirelles Salotti e Orestes Fontana Romeiro. Presentes também (i) Edgar Jabbour, Roberta Anchieta e Eduardo Alvarenga, membros do CAR; (ii) Carina Carreira, Átila Simões da Cunha, Willy Freitas, Mary Mousinho, Ester Rossi, Marcia Gibosky, Fernando Bezerra, João Gustavo Rezende, Heleno Carlos Fernandes e Paula Leite Franco Salomão, representantes da Companhia; e (ii) Tomas Menezes e Jéssica Sá, Martha Soares representantes da Ernst Young Auditores Independentes S.S. Ltda. (EY).

MESA: Carla Alessandra Trematore – Presidente.
Paula Leite Franco Salomão – Secretária.

ORDEM DO DIA: (1) Examinar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Relatório Anual da Administração e a proposta de orçamento de capital, de destinação de lucros e de distribuição de dividendos para o exercício de 2025, nos termos da Proposta da Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e (2) *Release* de Resultados do exercício 2024.

MATÉRIAS APRECIADAS: (1) Examinadas e discutidas as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, o Relatório Anual da Administração e a proposta de orçamento de capital, de destinação de lucros e de distribuição de dividendos para o exercício de 2025, nos termos da Proposta da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, previamente disponibilizados aos membros do Conselho Fiscal; (2) Apresentação dos trabalhos realizados pelos Auditores Independentes EY, substancialmente finalizados; e (3) discussão do *release* dos resultados do exercício 2024.

SUSPENSÃO DOS TRABALHOS: A presente reunião foi suspensa até o dia 20 de março de 2025, para atualização sobre (1) a aprovação das Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração; e (2) conclusão dos trabalhos e emissão do Relatório dos Auditores Independentes.



Ânima Holding S/A
Companhia Aberta
CNPJ nº 09.288.252/0001-32
NIRE nº 35300350430

DELIBERAÇÕES DO CONSELHO FISCAL: Após reinício dos trabalhos, os membros do Conselho Fiscal, tendo tomado conhecimento da aprovação das Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Companhia e recebido o Relatório dos Auditores Independentes, emitiram o Parecer reproduzido abaixo:

“PARECER DO CONSELHO FISCAL”

“O Conselho Fiscal da Ânima Holding S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, o Relatório Anual da Administração e a proposta de orçamento de capital, de destinação de lucros e de distribuição de dividendos para o exercício de 2025, nos termos da Proposta da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados e, considerando o relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.”

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, devidamente aprovada pelos Conselheiros presentes, que constituem a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

São Paulo, 20 de março de 2025

Carla Alessandra Trematore
Presidente

Paula Leite Franco Salomão
Secretária

Bruno Meirelles Salotti
Conselheiro

Orestes Fontana Romeiro
Conselheiro

ANEXO 2 – Justificativa, fontes e aplicações – Orçamento de capital 2025

O presente Orçamento de Capital, nos termos do artigo 196 da lei nº 6.404, visa o planejamento das fontes e das aplicações de recursos financeiros para fazer frente às necessidades de capital da Sociedade ao longo do exercício de 2025, cujo valor proposto é de R\$ R\$ 60.666.249,23 (sessenta milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e nove reais, e vinte e três centavos).

Este montante será submetido à aprovação da Assembleia Geral e tem a seguinte destinação e origem de recursos:

Aplicação de Capital Prevista:

Reserva para pagamento de partes dos Empréstimos e Financiamentos de curto prazo; Investimentos em Expansão e Manutenção.

Fontes de Recursos Previstas:

Os lucros retidos no montante de R\$ 60.666.249,23 (sessenta milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e nove reais, e vinte e três centavos).

Prazo: até 1 ano.

ANEXO 3 – Proposta de destinação do lucro líquido – Anexo A da Instrução CVM nº 81/2022 (art. 10, parágrafo único, II, Resolução CVM nº 81/2022)

O resultado contábil da controladora do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi lucro de R\$ 85.145.612,96 (oitenta e cinco milhões, cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e doze reais e noventa e seis centavos).

1. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

O montante global dos dividendos declarados no exercício de 2024 foi de R\$ 20.222.083,08 (vinte milhões, duzentos e vinte e dois mil, oitenta e três reais e oito centavos), resultando um valor bruto por ação de R\$ 0,05353963519.

Não foram antecipados dividendos, nem foram pagos juros sobre capital próprio.

2. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

O percentual do lucro líquido do exercício, já descontado o montante destinado à reserva legal, do período findo em 31 de dezembro de 2024 a ser distribuído é de 25% (vinte e cinco por cento) que corresponde ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

3. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

Em 08 de agosto de 2024 foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração a distribuição de dividendos relativos a lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual de 2023, ainda não distribuídos e nem absorvidos por prejuízos, no valor total de R\$ 178.000.000,00 (cento e setenta e oito milhões de reais), correspondentes a R\$ 0,47126970187 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 21 de agosto de 2024.

4. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O valor bruto de dividendo a ser distribuído será de R\$ 0,05353963519 por ação ordinária.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o estatuto social da companhia, em seu artigo 26, parágrafo quarto, salvo disposição contrária da Assembleia Geral, os dividendos serão pagos no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social em que forem declarados.

A administração propõe que o pagamento dos dividendos ocorra no dia 9 maio de 2025.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Data de declaração de pagamento dos dividendos para fins de identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento: 24 de abril de 2025 por ocasião da Assembleia Geral de Acionistas.

5. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores;

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não foram declarados dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores.

6. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

A Companhia possui somente ações ordinárias, e apresentou os seguintes resultados nos últimos três exercícios.

	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>
Lucro Líquido (prejuízo) Contábil <i>Em R\$ milhões</i>	(102.250)	(329.630)	85.146
Lucro (prejuízo) por Ação <i>R\$</i>	(0,27)	(0,87)	0,23

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Em nenhum dos três últimos exercícios houve distribuição dos juros sobre capital próprio.

Em 08 de agosto de 2024 a Administração deliberou a distribuição de dividendos relativos a lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual de 2023, ainda não distribuídos e nem absorvidos por prejuízos.

	<u>2022</u>	<u>Referente a saldo acumulado em 31/12/2023</u>	<u>Referente ao Exercício de 2024 (Proposta)</u>

Dividendos	0,00	R\$ 178.000.000,00	R\$ 20.222.083,08
Dividendos por Ação	0,00	R\$ 0,47126970187	R\$ 0,05353963519

7. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

No exercício findo em 31.12.2024, o montante destinado a reserva legal foi de R\$ 4.257.280,65 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, duzentos e oitenta reais e sessenta e cinco centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal corresponde a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, limitado a 20% (vinte por cento) do capital social.

8. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

A companhia não possui ações preferenciais.

9. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme descrito no artigo 26, parágrafos IV e V do estatuto social da Companhia, o dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido da importância destinada à constituição da Reserva Legal; e da importância destinada à formação da Reserva para Contingências, e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores, ressalvado que no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Os dividendos mínimos obrigatórios, se aprovados nos termos desta Proposta, serão pagos integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Até a presente data, o lucro retido perfaz o total de R\$ 60.666.249,23 (sessenta milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e nove reais, e vinte e três centavos).

10. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
- c. Justificar a retenção dos dividendos

Não há retenção do dividendo obrigatório.

11. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c. Explicar por que a perda foi considerada provável
- d. Justificar a constituição da reserva

Não há.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não há.

13. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
- b. Identificar o montante destinado à reserva
- c. Descrever como o montante foi calculado

Não há.

14. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Do exercício findo em 31.12.2024, o montante de lucros retidos para orçamento de capital foi de R\$ 60.666.249,23 (sessenta milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e nove reais, e vinte e três centavos).

15. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva
- b. Explicar a natureza da destinação

Não há.

ANEXO 4 – Item 8 do Formulário de Referência (Art. 13, Resolução CVM nº 81/2022)

8.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Nossa política de remuneração para administradores, incluindo os membros da Diretoria estatutária e não estatutária, aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia em 19 de outubro de 2019, visa: (i) atrair, reter e motivar os administradores, fornecendo as condições necessárias para o desenvolvimento e a concretização das estratégias de negócios da Companhia; (ii) alinhar os interesses dos administradores da Companhia aos princípios e aos objetivos estratégicos da Companhia e com as melhores práticas de remuneração adotadas pelo mercado, com foco em sua perenidade e na criação de valor no longo prazo; (iii) prover um equilíbrio adequado entre as remunerações fixa e variável, de curto e de longo prazo, conforme a cultura da Companhia; (iv) definir um programa de remuneração claro e transparente.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(a) Conselho de Administração:

A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixa e será paga em 12 (doze) parcelas mensais, observando sempre os limites globais da remuneração fixados pela Assembleia Geral.

Os membros do Conselho de Administração receberão remuneração adicional mensal quando participarem como membros em mais de um comitê.

Os membros dos comitês que não forem conselheiros, fazem jus à remuneração fixa mensal, em valor definido pelo Conselho de Administração.

O valor das remunerações e os reajustes serão recomendados ao Conselho de Administração pelo Comitê de Pessoas, Cultura e Transformação Digital, alinhados às práticas de mercado.

Os membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento serão beneficiários do seguro de responsabilidade civil para administradores (D&O - "Directors and Officers" e/ou "Comfort Letter"), compulsoriamente incluídos na apólice, cujo custo será inteiramente assumido pela Companhia.

A remuneração do Presidente do Conselho de Administração poderá ser distinta da dos demais membros em função do cargo exercido, uma vez em que o Presidente possui obrigações e deveres próprios, nos termos do Estatuto Social da Companhia. Dentre tais funções, pode-se destacar a de representação do Conselho de Administração nas Assembleias Gerais da Companhia, bem como a presidência das mesas das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração.

(b) Conselho Fiscal:

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando e se instalado, fazem jus a uma remuneração fixa mensal que deverá obedecer aos preceitos do artigo 162, § 3º da Lei das Sociedades por Ações, que prescreve que a remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal deve ser equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) da remuneração média mensal de cada diretor estatutário da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Os membros suplentes do Conselho Fiscal receberão remuneração conforme sejam pontualmente acionados para substituição dos membros efetivos em reuniões.

(c) Diretoria Estatutária e Não Estatutária:

A remuneração dos Diretores Estatutários será fixada pelo Conselho de Administração, observando sempre os limites globais da remuneração fixados pela Assembleia Geral.

A remuneração dos Diretores não estatutários observará os planos de cargos e salários da Companhia e seus respectivos contratos de trabalho.

A estrutura de remuneração dos Diretores poderá ser composta por uma parcela fixa e outra variável, bem como benefícios e incentivos de curto e longo prazo, sempre baseada nos padrões de mercado e nos termos da estratégia de remuneração total definida pela Companhia.

(d) Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; Comitê de Finanças e M&A; Comitê de Pessoas, Cultura e Transformação Digital; Comitê de Estratégia, Novos Negócios e ESG:

Os membros dos Comitês de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia, Comitê de Finanças e M&A, Comitê de Pessoas, Cultura e Transformação Digital, Comitê de Estratégia, Novos Negócios e ESG que forem do Conselho de Administração, serão remunerados após a participação em mais de um comitê, pois a participação em um único comitê está inclusa na remuneração do Conselho. Os membros dos comitês que não forem conselheiros, fazem jus a remuneração fixa mensal, em valor definido pelo Conselho de Administração.

c. composição da remuneração, indicando:

(c).I Remuneração Fixa

Objetivo

A remuneração fixa anual tem por objetivo oferecer uma remuneração com foco no curto prazo, para a compensação direta aos diretores da Companhia pelos serviços prestados e reconhecer e refletir o valor do cargo interna e externamente, em linha com as práticas de mercado, bem como refletir o desempenho individual, demanda de tempo, responsabilidades, experiência, formação e conhecimento do executivo.

Metodologia de cálculo e de reajuste

A estratégia de remuneração fixa da Companhia poderá ser revista sempre que necessário, cabendo ao Conselho de Administração, com o apoio do Comitê de Pessoas, a aprovação da respectiva política, estratégia ou orçamento, sempre que cabível.

Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Visando manter a competitividade e atualidade das práticas de remuneração a Companhia poderá utilizar serviços de consultoria especializada em remuneração para estudos e pesquisas de mercado.

(c).II Remuneração Variável

Objetivo

A remuneração variável concedida pela Companhia, que tem beneficiários e requisitos próprios e específicos previstos em cada Plano ou Programa, tem por objetivo premiar o atingimento e superação de metas da Companhia e individuais, alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e mercado, podendo ser composta por Incentivos de Curto Prazo (ICP) e Incentivo de Longo Prazo (ILP), e por quaisquer outras remunerações extraordinárias que venham a ser concedidas, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

Metodologia de cálculo e de reajuste

Qualquer remuneração baseada em ações dependerá sempre de aprovação em Assembleia Geral, seja ela em Plano de Ações, Plano de Opções ou Plano Stock Purchase, cabendo ao Conselho de Administração adotar as modalidades que melhor convierem ao contexto da Companhia, respeitando-se as premissas para outorga e os respectivos beneficiários. Adicionalmente, as concessões deverão observar a disponibilidade de recursos financeiros da Companhia e a adequação dos percentuais acionários das ações em circulação ao limite estabelecido nas normas aplicáveis.

Os parâmetros de remuneração variável são predeterminados, quantificáveis e alinhados com os objetivos estratégicos da Companhia, assim como com a criação de valor a longo prazo e de maneira sustentável para os acionistas, levando em consideração os indicadores de desempenho global da Companhia, as avaliações de desempenho individuais e o grau de criticidade das funções ocupadas.

Tendo sido implementado em 2008, o Programa de Remuneração Variável é revisado anualmente.

Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

O programa é dividido em incentivos de curto, médio e longo prazo, tendo como gatilho o atingimento de um percentual da meta de EBITDA consolidado Ânima e atrelado a um Contrato de Performance Individual; além de possibilidade do incentivo de longo prazo em ações ordinárias da Companhia. O percentual de atingimento da meta de EBITDA determina o valor do *pool* de bônus que será distribuído.

Existe ainda programa de incentivo de longo prazo com *matching* em ações, no qual os participantes elegíveis podem optar por aderir ao programa, investir recursos próprios na compra de ações da Companhia por meio da corretora de sua preferência e pagando o preço de mercado da ação. O limite de compra coberto no programa é 50% do valor pago no ICP. Aqueles que permanecerem até o final do programa e atenderem aos seus requisitos, serão contemplados com um lote adicional de ações.

Anualmente, a Diretoria e o Conselho de Administração, com o apoio do Comitê de Pessoas, promoverão a correta apuração e acompanhamento dos planos e programas, bem como a definição de propostas para o ano subsequente e propostas de revisão necessárias, inclusive aquelas a serem encaminhadas à Assembleia Geral.

©.III Benefícios

Objetivo

A Companhia concede um pacote de benefícios, como incentivo de curto prazo, este fazendo parte de sua remuneração mensal, respeitados os parâmetros de mercado e regiões de atuação. Itens comumente abrangidos por esse pacote incluem: plano de saúde e odontológico, plano de previdência complementar, seguro de vida e ticket refeição, entre outros.

Metodologia de cálculo e de reajuste

Os reajustes dos planos de saúde e odontológico se darão mediante negociação contratual entre a Ânima e as operadoras, enquanto os demais benefícios serão reajustados quando houver a necessidade de uma melhor equiparação frente aos valores praticados no mercado.

Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Visando manter a competitividade e atualidade das práticas de remuneração a Companhia

poderá utilizar serviços de consultoria especializada em remuneração para estudos e pesquisas de mercado.

Proporção de cada elemento na remuneração total

Os membros do nosso Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês recebem apenas remuneração fixa, sem nenhum tipo de bonificação ou qualquer tipo de remuneração variável.

A proporção de cada elemento da remuneração dos membros da Diretoria estatutária e não estatutária pode variar e ocorreu, em relação aos três últimos exercícios, da seguinte forma:

Composição da Remuneração	2024	2023	2022
Remuneração Fixa	35,7%	75,2%	50,60%
Remuneração Variável	63,3%	19,6%	40,96%
Benefícios	1,0%	5,2%	2,44%
TOTAL	100%	100%	100%

Incluir aqui indicadores ligados a questões ASG, se aplicável

Não aplicável. Atualmente não consideramos os índices de ASG para influenciar na remuneração, mas estamos amadurecendo os conceitos para que futuramente possamos considerar.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Alguns membros de nossa Diretoria e do Conselho de Administração têm valores recebidos pelas atividades exercidas exclusivamente para uma de nossas subsidiárias, e que não estão apresentados nos valores reportados deste item 8. O percentual médio pago pela subsidiária aos membros da diretoria, equivale a 3,1% da remuneração total dos membros nesta condição, enquanto o percentual médio pago aos membros do C.A. equivale a 24,1% da remuneração total destes membros nesta condição.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável. Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário nos envolvendo.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total Prevista Para o Exercício Social encerrado em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,67	4,92	3,00	18,58
Nº de membros remunerados	8,67	4,92	3,00	18,58
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.613.042,90	6.695.701,23	500.000,00	12.808.744,13
Benefícios direto e indireto	0,00	427.988,38	0,00	427.988,38
Participações em comitês	1.944.000,00	0,00	0,00	1.944.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	6.998.440,37	0,00	6.998.440,37
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Outro Benefícios de Remuneração				0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	8.740.619,30	0,00	8.740.619,30
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	449,00	0,00	449,00
Observação	Número de membros apurado conforme instrução CVM. Informamos que o item Participação em Comitês inclui todos os honorários referentes à participação em comitês, tanto de membros do Conselho de Administração quanto de membros convidados	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	
Total da remuneração	7.557.042,90	22.863.198,27	500.000,00	30.920.241,17

Remuneração total para o Exercício Social encerrado em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,08	3,00	15,08
Nº de membros remunerados	8,00	4,08	3,00	15,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.918.266,66	5.344.029,21	382.666,67	10.644.962,54
Benefícios direto e indireto	11.760,00	146.883,49	1.680,00	160.323,49
Participações em comitês	1.072.833,33	0,00	0,00	1.072.833,33
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.406.415,55	0,00	3.406.415,55
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Outro Benefícios de Remuneração				0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	5.935.910,67	0,00	5.935.910,67
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	137.502,00	0,00	137.502,00
Observação	Número de membros apurado conforme instrução CVM. Informamos que o item Participação em Comitês inclui todos os honorários referentes à participação em comitês, tanto de membros do Conselho de Administração quanto de membros convidados	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	
Total da remuneração	6.002.859,99	14.970.740,92	384.346,67	21.357.947,58

Remuneração total para o Exercício Social encerrado em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,58	4,92	2,92	16,42
Nº de membros remunerados	8,58	4,92	2,92	16,42
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.788.105,04	5.279.478,03	356.660,60	10.424.243,67
Benefícios direto e indireto	14.341,05	365.466,96	2.240,00	382.048,01
Participações em comitês	1.297.362,70	0,00	0,00	1.297.362,70
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.076.377,47	0,00	1.076.377,47
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Outro Benefícios de Remuneração				0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	302.794,76	0,00	302.794,76
Observação	Número de membros apurado conforme instrução CVM. Informamos que o item Participação em Comitês inclui todos os honorários referentes à participação em comitês, tanto de membros do Conselho de Administração quanto de membros convidados	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	
Total da remuneração	6.099.808,79	7.024.117,22	358.900,60	13.482.826,61

Remuneração total para o Exercício Social encerrado em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,92	5,00	3,00	15,92
Nº de membros remunerados	7,92	5,00	3,00	15,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.194.000,00	5.214.251,77	282.515,25	9.690.767,02
Benefícios direto e indireto	22.068,92	251.137,34	3.920,00	277.126,26
Participações em comitês	1.831.000,00	0,00	0,00	1.831.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.411.025,61	0,00	2.411.025,61
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				0,00
Outro Benefícios de Remuneração				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.427.734,23	0,00	2.427.734,23
Observação	Número de membros apurado conforme instrução CVM. Informamos que o item Participação em Comitês inclui todos os honorários referentes à participação em comitês, tanto de membros do Conselho de Administração quanto de membros convidados	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	
Total da remuneração	6.047.068,92	10.304.148,95	286.435,25	16.637.653,11

8.3 Remuneração variável

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,67	4,92	3,00	16,58
Nº de membros remunerados	8,67	4,92	3,00	16,58
Em relação a Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	9.734.631,42	0,00	9.734.631,42
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	6.998.440,37	0,00	6.998.440,37
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	-	-	-
Em relação a Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	-	-	-

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO - 2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,08	3,00	15,08
Nº de membros remunerados	8,00	4,08	3,00	15,08
Em relação a Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.175.247,85	0,00	4.175.247,85
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	3.932.706,54	0,00	3.932.706,54
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	3.406.415,55	-	3.406.415,55
Em relação a Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	-	-	-

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO - 2023				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,58	4,92	2,92	16,42
Nº de membros remunerados	8,58	4,92	2,92	16,42
Em relação a Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.225.872,64	0,00	3.225.872,64
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	2.150.812,92	0,00	2.150.812,92
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	1.076.377,47	-	1.076.377,47
Em relação a Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	-	-	-

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO - 2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,92	5,00	3,00	15,92
Nº de membros remunerados	7,92	5,00	3,00	15,92
Em relação a Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.132.525,50	0,00	4.132.525,50
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	2.951.803,93	0,00	2.951.803,93
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		2.411.025,61		2.411.025,61
Em relação a Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social				0,00

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

8.4.1. Plano de Opção de Compra de Ações Ordinárias

a. Termos e condições gerais

O nosso Plano de Opção de Compra de Ações Ordinárias (“Plano”), aprovado em Assembleia

Geral Extraordinária realizada em 21 de agosto de 2013, estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão ("Opções"), nos termos do artigo 168, §3º, da Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com as disposições do Plano, são elegíveis a participar do Plano membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos de nossa Companhia e/ou outras sociedades sob o nosso controle ("Beneficiários"). O Plano será administrado pelo Conselho de Administração, o qual terá competência privativa para deliberar sobre a emissão das ações objeto do Plano, cabendo-lhe, ainda, tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a interpretação, detalhamento e aplicação das normas e diretrizes gerais estabelecidas neste instrumento. Ainda, será facultado ao Conselho de Administração delegar suas funções, observadas as restrições previstas em lei, a um comitê especialmente criado para tanto ("Comitê"). Na hipótese de criação de um Comitê, este será composto por, no mínimo 3 (três) membros, escolhidos entre os membros do Conselho de Administração, por maioria. Os membros desse Comitê não serão elegíveis como beneficiários do Plano.

Obedecidas as condições deste Plano, nosso Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções nos termos do Plano e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (b) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos nossos diretores, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários; (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as Opções aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente; (d) a emissão de novas ações da nossa Companhia dentro do limite do capital autorizado, para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano; (e) propor alterações no Plano a serem submetidas à aprovação da nossa Assembleia Geral Extraordinária; (f) definir, dentro do limite do capital autorizado e respeitado o limite máximo de ações atribuíveis ao Plano, a quantidade de Opções e a forma de distribuição destas entre os Beneficiários, o Preço de Exercício das Opções, as condições de exercício e eventuais restrições para a alienação das ações adquiridas ou subscritas; (g) decidir os casos omissos, observadas as orientações gerais do Plano e as disposições legais aplicáveis.

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração sujeitar-se-á apenas aos limites estabelecidos em lei e no Plano, razão pela qual o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada administradores e empregados da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle, bem como estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

As deliberações do nosso Conselho de Administração ou do Comitê (conforme o caso) têm força vinculante perante a nossa Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano de competência do Conselho de Administração.

As Opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observadas as determinações do Conselho de Administração ou do Comitê (conforme o caso) e os termos e condições previstos nos respectivos Termos de Adesão. As Opções concedidas aos Beneficiários somente poderão ser exercidas após o decurso de 3 (três) anos da data de sua outorga e poderão ser exercidas, em sua totalidade, ao final do 3º (terceiro) ano da data da respectiva outorga.

Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia e/ou outras sociedades sob o nosso controle, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da nossa Companhia, com finalidade de: (a) estimular o desenvolvimento, o êxito e a consecução do nosso objeto social; (b) alinhar os interesses dos nossos acionistas aos dos membros do nosso Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle; e (c) possibilitar à

nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle atrair e manter a ela vinculados membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle.

Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para se comprometerem efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrar interesses dos nossos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais conosco. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e colaboradores, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

Como o plano se insere na nossa política de remuneração

O Plano insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, o crescimento dos nossos resultados e a recompensa para os nossos executivos. Porém, as opções outorgadas nos termos do Plano, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

As outorgas que forem realizadas com base no Plano trarão diferentes mecanismos que permitirão o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A combinação de períodos de carência diferenciados e a possibilidade de se estabelecer condições (tais como metas financeiras e empresariais) para aquisição do direito de exercício das Opções fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

b. Incluir data de aprovação e órgão responsável

A Companhia possui um Plano de Opção de Compras de Ações Ordinárias aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de agosto de 2013, que estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão ("Opções"), nos termos do artigo 168, §3º, da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, possui Planos de Ações para a outorga de Ações da Ânima Holding S.A., aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 25/04/2018, que contempla dois Programas ("ILP1" e "ILP2"), descritos adiante. E, ainda um Plano Stock Purchase, que se trata de um Plano Geral para Aquisição de Ações, aprovado na AGE de 31/08/2015

c. Número máximo de ações abrangidas

As Opções outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações da nossa Companhia, limitados a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do nosso capital social no total, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme descrito no item 'f' acima, as Opções outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações da Companhia, limitados a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do nosso capital social no total, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado.

e. Condições de aquisição de ações

As Opções poderão ser exercidas desde que integralmente atendidas as condições, exigências, assim como respeitados os períodos de carência e os cronogramas previstos no Plano e nos Termos de Adesão.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Preço de Exercício ou compra de cada Ação a ser subscrita pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção será fixado pelo Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) no momento de sua outorga ao respectivo Beneficiário mediante assinatura do Termo de Adesão, devendo esse preço ser fixado em moeda corrente nacional. O preço deverá estar vinculado às cotações das ações da Companhia, mas o Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) terá liberdade para fixar os parâmetros para fixação dos valores ("Preços de Exercício").

g. Critérios para fixação de prazo de exercício

Os critérios para fixação do prazo estão alinhados com os objetivos do Plano de criar um incentivo de longo prazo ao Beneficiários.

Nos termos do Plano, as Opções outorgadas poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observadas as determinações do Conselho de Administração ou do Comitê (conforme o caso) e os termos e condições previstos nos respectivos Termos de Adesão. As Opções concedidas aos Beneficiários somente poderão ser exercidas após o decurso de 3 (três) anos da data de sua outorga e poderão ser exercidas, em sua totalidade, ao final do 3º (terceiro) ano da data da respectiva outorga. O prazo poderá ser alterado pelo Conselho de Administração ou do Comitê, caso a caso, na data da outorga da Opção, mas em nenhuma hipótese será superior a 7 (sete) anos, contado da data da outorga da Opção.

h. Forma de liquidação

O Beneficiário deverá realizar o pagamento em moeda corrente nacional, observadas as formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso).

i. Restrições à transferência das ações

As Opções concedidas aos Beneficiários nos termos deste Plano serão intransferíveis, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas no Plano. É vedada a criação pelos Beneficiários de instrumentos financeiros de derivativos atrelados ou relacionados às Opções. As ações decorrentes do exercício da Opção não poderão ser alienadas a terceiros enquanto não estiverem totalmente integralizadas.

O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) poderá estabelecer restrições à transferência das ações, bem como estabelecer direito de preferência, preço e condições para sua recompra, incluindo aquelas ações que venham a ser adquiridas em virtude de bonificação, desmembramento, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos do Beneficiário tenham sido originados do Plano.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano expirará, a qualquer tempo, (a) por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, (b) pelo cancelamento de registro de companhia aberta da nossa Companhia; (c) pela cessação de negociação das ações ordinárias em mercado de balcão, mercado organizado ou de bolsa de valores, em virtude de reorganização societária da nossa Companhia, (d) pela nossa dissolução e liquidação, ou (e) pelo decurso de um prazo de 10 (dez) anos contados da data de aprovação deste Plano.

Exceto pela extinção do Plano por deliberação dos nossos acionistas por meio de Assembleia Geral Extraordinária, o Plano e as Opções com base nele outorgadas serão automaticamente

extintos. Caso extinção do Plano se dê por ocasião de reorganização societária da nossa Companhia, o Plano e as Opções com base nele outorgadas serão automaticamente extintos, salvo se as deliberações sobre a reorganização expressamente estabeleçam a permanência do Plano ou das Opções outorgadas com a substituição de tais Opções por outras.

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Para fins do Plano, o desligamento do Beneficiário significa qualquer ato ou fato que, justificado ou não, ponha fim à relação jurídica do Beneficiário da Opção conosco ou com nossas controladas, exceto aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento (“Desligamento”). Desligamento abrange inclusive as hipóteses de destituição, substituição ou não reeleição como administrador, rescisão de contrato de trabalho ou de prestação de serviços.

Desligamento por Interesse da Companhia ou do Beneficiário. Em caso de Desligamento do Beneficiário, por qualquer razão, exceto por justa causa, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções que lhe tenham sido outorgadas e que ainda não sejam exercíveis. Não obstante, caberá ao Beneficiário o direito de exercer as Opções já exercíveis na data do Desligamento no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, contados da data do Desligamento, e mediante pagamento à vista, independentemente se disposto de forma diversa no Termo de Adesão. Além disso, caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, o Beneficiário terá o prazo de 90 (noventa) dias contados do Desligamento para efetuar o pagamento integral ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado. O Conselho de Administração poderá estender os prazos constantes neste item, desde que devidamente justificado, para adequar às circunstâncias específicas do caso.

Desligamento por Justa Causa. No caso de Desligamento do Beneficiário ocorrer em razão de justa causa, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções de lhe tenham sido outorgadas e que ainda não sejam exercíveis. Não obstante, caberá ao Beneficiário o direito de exercer as Opções já exercíveis na data do Desligamento, exclusivamente nesta mesma data, e mediante pagamento à vista. Caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, o Beneficiário deverá efetuar o pagamento integral do valor restante na data do Desligamento, ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado.

Opção de Compra da Companhia. Nós ou terceiros por nós indicados, teremos, por prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de Desligamento do Beneficiário, a opção de compra de todas as ações subscritas ou adquiridas pelo Beneficiário em virtude do Plano, incluindo aquelas ações que venham a ser adquiridas após o Desligamento em virtude de Opções já exercíveis ou em virtude de bonificação, desmembramento, subscrição ou qualquer forma de aquisição, desde que tais direitos do Beneficiário tenham sido originados no Plano, por valor correspondente à cotação média das nossas ações nos últimos 30 (trinta) pregões, contados da data de Desligamento.

Falecimento. Em caso de falecimento de um Beneficiário, todas as Opções ainda não exercíveis tornar-se-ão imediatamente exercíveis, e a Opção se estenderá aos herdeiros ou sucessores do Beneficiário, por sucessão legal o por disposição testamentária até o término do prazo da Opção outorgada, podendo a Opção ser exercida no todo ou em parte pelos herdeiros e/ou sucessores do Beneficiário, mediante pagamento do Preço de Exercício à vista. Caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, os herdeiros e/ou sucessores terão o prazo original de exercício da Opção (que será automaticamente prorrogado por 180 (cento e oitenta dias) contados do falecimento se a Opção expiraria antes de tal data) para efetuar o pagamento integral do valor restante ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado.

Invalidez Permanente ou Aposentadoria. Em caso de invalidez permanente ou aposentadoria de um Beneficiário, todas as Opções ainda não exercíveis tornar-se-ão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções de lhe

tenham sido outorgadas e que ainda não sejam exercíveis, mediante pagamento do Preço de Exercício à vista. Caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, o Beneficiário terá o prazo original de exercício da Opção (que será automaticamente prorrogado por 180 (cento e oitenta dias) contados da invalidez permanente ou aposentadoria se a Opção expiraria antes de tal data) para efetuar o pagamento integral do valor restante ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado.

8.4.2. Plano Baseado em Ações

a. Termos e condições gerais

O Plano de Ações é composto de dois Programas:

-ILP1: que consiste na bonificação por meio da transferência ao Beneficiário, à título de prêmio, de um lote de ações de emissão da Companhia, conforme regras constantes do Plano e conforme regulamento específico a ser exarado pelo Conselho de Administração, com apoio do Comitê de Pessoas, em programa próprio a ser estabelecido para cada exercício ("Programa Específico") até 1% (um por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, sujeitas a vesting.

-ILP2: que consiste na bonificação daqueles que tiverem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades e que decidam adquirir no mercado um número mínimo de ações da Companhia, mantendo-as inalienáveis durante um certo período restrito, sendo que a bonificação em ações se dará por meio da transferência, à título de prêmio, de um lote de ações de emissão da Companhia, conforme regras gerais previstas no Plano e conforme regulamento específico a ser exarado pelo Conselho de Administração, com apoio do Comitê de Pessoas, em programa próprio a ser estabelecido para cada exercício ("Programa Específico").

Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que os Beneficiários sejam premiados com ações da nossa Companhia ("ILP2"), com finalidade de: (a) estimular o desenvolvimento, o êxito e a consecução do nosso objeto social; (b) alinhar os interesses dos nossos acionistas aos dos membros do nosso Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle; e (c) possibilitar à nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle atrair e manter a ela vinculados membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle.

Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para se comprometerem efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrar interesses dos nossos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais conosco. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e colaboradores, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

Como o plano se insere na nossa política de remuneração

O Plano insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa com base na função desempenhada, o crescimento dos nossos resultados e a recompensa para os nossos executivos, por meio de entrega de resultados acima do esperado.

Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

As outorgas que forem realizadas com base no Plano trarão diferentes mecanismos que permitirão o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. O plano alinha os interesses dos participantes aos da Companhia, uma vez que os participantes contam com um incentivo adicional para implementar ações de curto, médio e longo prazos que gerem valor para a Companhia ao longo do tempo e que devem se refletir na valorização das ações da Companhia.

b. Incluir data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Ações para Outorga de Ações da Ânima Holding S.A., foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 25/04/2018.

c. Número máximo de ações abrangidas

As ações outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações da nossa Companhia, limitados a 1% (um por cento) do nosso capital social no total, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado.

d. Número máximo de ações a serem outorgadas

Não aplicável. O regulamento de cada programa estabelece limites para participação do Beneficiário, mas não estão expressos em quantidade máxima de ações.

e. Condições de aquisição de ações

Conforme regulamento constante em cada um dos programas vigente ("ILP1" e "ILP2").

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável.

g. Critérios para fixação de prazo de exercício

Os critérios para fixação do prazo estão alinhados com os objetivos do Plano de criar um incentivo de longo prazo ao Beneficiários. A partir do momento que as ações são entregues aos Beneficiários, conforme regras de cada Programa, ficará a seu exclusivo critério o momento do exercício.

As ações concedidas aos Beneficiários no programa "ILP1" terão período de vesting de 3 (três) anos, podendo ser liberadas na proporção de 1/3 a cada 12 meses da sua concessão. Para o "ILP2", somente poderão ser liberadas após o decurso de 3 (três) anos da data de sua outorga e poderão ser liberadas, em sua totalidade, ao final do 3º (terceiro) ano da data da respectiva outorga. O prazo poderá ser alterado pelo Conselho de Administração ou do Comitê. Até que se cumpra cada um dos períodos de vesting as ações não serão devidas e, portanto, não serão de titularidade do Beneficiário, razão pela qual não farão jus, durante referido período, a qualquer fruto ou produto das mesmas, inclusive a título de dividendos.

h. Forma de liquidação

As ações objeto da bonificação deverão ser entregues pela Companhia aos Beneficiários no prazo previsto em cada regramento a contar do encerramento do prazo de cada um dos períodos de vesting.

i. Restrições à transferência das ações

As ações concedidas aos Beneficiários nos termos deste Plano serão intransferíveis, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas no Plano. As ações não poderão ser alienadas a terceiros enquanto não estiverem totalmente integralizadas.

O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) poderá estabelecer restrições à transferência das ações, bem como estabelecer direito de preferência, preço e condições para sua recompra, incluindo aquelas ações que venham a ser adquiridas em virtude de bonificação, desmembramento, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos do Beneficiário tenham sido originados do Plano.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano vigorará por tempo indeterminado, não havendo nenhum critério ou evento previsto que possa ocasionar a sua suspensão, alteração ou extinção.

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nos termos do Plano baseado em ações, cada Programa deverá regular as hipóteses de desligamento e seus efeitos às ações, de modo que os direitos conferidos ao beneficiário de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados.

8.5 - Remuneração baseada em ações

Nos três últimos exercícios não houve programa ativo de opções de compra de ações.

8.6 - Outorga de opções de compra de ações

Nos três últimos exercícios não houve programa ativo de opções de compra de ações.

8.7 - Opções em aberto

Não aplicável, uma vez que não constam opções em aberto dos membros do Conselho de Administração e nem dos membros da Diretoria Estatutária no exercício social corrente e nos anteriores.

8.8 - Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável, uma vez que, até a data do Formulário de Referência, não possuíamos quaisquer opções de compra de ações de nossa emissão outorgadas no âmbito de nosso plano de remuneração baseado em ações para o nosso Conselho de administração e nossa Diretoria Estatutária.

8.9 - Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários

Somente a Diretoria possui remuneração baseada em ações.

Ano	2025 (Previsto)
Órgão	Diretoria
Número de membros	4,92
Número de membros remunerados	1
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,012%

Ano	2024
Órgão	Diretoria
Número de membros	4,08
Número de membros remunerados	2
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,010%

Ano	2023
Órgão	Diretoria
Número de membros	4,92
Número de membros remunerados	4
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,021%

Ano	2022
Órgão	Diretoria
Número de membros	5
Número de membros remunerados	3
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,108%

8.10 - Outorga de ações

2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,67	4,92	3,00
Nº de membros remunerados	0	0	0
Outorga	N/A	N/A	N/A
data de outorga	N/A	N/A	N/A
quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A

2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,00	4,08	3,00
Nº de membros remunerados	0	0	0
Outorga	N/A	N/A	N/A
data de outorga	N/A	N/A	N/A
quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,58	4,92	2,92
Nº de membros remunerados	0	0	0
Outorga	N/A	ILP-1	N/A
data de outorga	N/A	N/A	N/A

quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7	5	2,67
Nº de membros remunerados	0	1	0
Outorga	N/A	ILP-1	N/A
data de outorga	N/A	31/05/2022	N/A
quantidade de opções outorgadas	N/A	25.179	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	31/12/2022	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	5,58	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	140.500,72	N/A

8.11 Ações Entregues

Ações Entregues referente ao exercício social encerrado 2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,00	4,08	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00
Nº de ações	N/A	38.195	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	3,60	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	3,48	N/A
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		4.476,88	
Esclarecimento	Não há membro vinculados ao plano.		Não há membro vinculados ao plano.

Ações Entregues referente ao exercício social encerrado 2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,58	4,92	2,92
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00
Nº de ações	N/A	79.817	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	3,79	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	3,53	N/A

Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		20.752,42	
Esclarecimento	Não há membro vinculados ao plano.		Não há membro vinculados ao plano.

Ações Entregues referente ao exercício social encerrado 2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,92	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00
Nº de ações	N/A	406.972	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	5,97	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	7,48	N/A
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		- 614.527,72	
Esclarecimento	Não há membro vinculados ao plano.		Não há membro vinculados ao plano.

8.12 Precificação das ações/opções

Não aplicável, uma vez que, até a data do Formulário de Referência, não possuíamos qualquer programa de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão no âmbito de nosso plano de remuneração baseado em ações para o nosso Conselho de administração e nossa Diretoria Estatutária.8.4 deste Formulário.

8.13 - Participações detidas por órgão

Em 31 de dezembro de 2024.

Companhia						
Órgão	Ações (uni.)	ON (%)	Ações (uni.)	PN (%)	Total de Ações	%
Conselho de Administração	56.567.568	14,01	0	0	56.567.568	14,01
Diretoria	8.119.396	2,01	0	0	8.119.396	2,01
Conselho Fiscal	0	0	0	0	0	0
Total de Ações	64.686.964	16,02	0	0	64.686.964	16,02

8.14 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável. Não há plano de previdência vigente para os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou de algum dos Comitês.

8.15 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	2024	2023	2022	2024	2023	2022	2024	2023	2022
Nº total de membros	4,08	4,92	5,00	8,00	8,58	7,92	3,00	2,92	3,00
Nº de membros remunerados	4,08	4,92	5,00	8,00	8,58	7,92	3,00	2,92	3,00
valor da maior remuneração(R\$)	10.037.180,92	1.705.353,31	2.806.240,88	1.801.680,00	1.801.680,00	1.576.680,00	151.680,00	113.863,00	95.691,75
valor da menor remuneração(R\$)	890.499,46	597.774,66	1.133.003,63	360.000,00	40.560,00	300.000,00	112.666,67	32.743,00	29.360,00
valor médio de remuneração(R\$)	1.470.088,16	1.170.686,20	1.717.358,16	750.357,50	435.995,00	600.830,56	128.115,56	89.725,15	71.608,81

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2024	Incluindo verbas de cessão de cargo relacionadas ao processo sucessório e mudanças na diretoria estatutária conduzidas ao longo do ano.
31/12/2023	A diretoria contou com 6 membros ao longo de todo exercício de 2023, porém o membro com menor remuneração trabalhou menos de 12 meses no ano.
31/12/2022	A diretoria contou com 6 membros ao longo de todo exercício de 2022, porém o membro com menor remuneração trabalhou menos de 12 meses no ano.

Conselho de Administração	
31/12/2024	-
31/12/2023	A diretoria contou com 11 membros ao longo de todo exercício de 2023, porém o membro com menor remuneração trabalhou menos de 12 meses no ano.
31/12/2022	-

Conselho Fiscal	
31/12/2024	-
31/12/2023	O Conselho Fiscal contou com 4 membros ao longo de todo exercício de 2023, porém o membro com menor remuneração trabalhou menos de 12 meses no ano.
31/12/2022	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. O Conselho Fiscal contou com 3 membros ao longo de todo exercício de 2021.

8.16 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não possuímos arranjos contratuais ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para nossos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Entretanto, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode celebrar contrato com administradores prevendo indenização como compensação pela vedação de práticas de atos considerados de concorrência com a Companhia, estando o valor abrangido no montante de remuneração global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

8.17 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Previsão exercício de 2025

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de Membros	8,7	4,9	3,0
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	4	1	0
Valor da remuneração total do órgão no exercício	7.557.042,90	22.863.198,27	500.000,00
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	3.930.300,00	5.274.372,57	0
% da Remuneração total do órgão	52,01%	23,07%	0%

Exercício de 2024

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de Membros	8,0	4,1	3,0
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	3	2	0
Valor da remuneração total do órgão no exercício	6.002.859,99	14.970.740,92	384.346,67
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	3.415.300,00	5.875.920,16	0
% da Remuneração total do órgão	56,89%	39,25%	0%

Exercício de 2023

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de Membros	8,58	4,92	2,92
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	3	2	0
Valor da remuneração total do órgão no exercício	4.795.945,04	7.024.117,22	358.900,60
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	2.825.040,00	2.382.705,90	0
% da Remuneração total do órgão	58,90%	33,92%	0%

Exercício de 2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	7,92	5,75	3,00
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	3	2	0
Valor da remuneração total do órgão no exercício	4.806.644,46	10.304.148,95	286.435,25
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	2.866.064,46	3.765.037,30	0
% da Remuneração total do órgão	65,28%	39,33%	0%

8.18 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não houve, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, pagamento de remuneração para membros do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam e não há previsão para pagamentos em 2024

8.19 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

2025 (Previsto)

Órgão	Membros Remunerados	Valor (Anual)	Título
Conselho de Administração	2	1.188.000,00	Honorários por participação no Conselho de controlada.
Diretoria	1	468.000,00	Honorários por participação no Conselho de controlada.

2024

Órgão	Membros Remunerados	Valor (Anual)	Título
Conselho de Administração	2	1.188.000,00	Honorários por participação no Conselho de controlada.
Diretoria	1	468.000,00	Honorários por participação no Conselho de controlada.

2023

Órgão	Membros Remunerados	Valor (Anual)	Título
Conselho de Administração	2	901.651,64	Honorários por participação no Conselho de controlada.
Diretoria	1	300.825,82	Honorários por participação no Conselho de controlada.

2022

Órgão	Membros Remunerados	Valor (Anual)	Título
Conselho de Administração	2	525.000,00	Honorários por participação no Conselho de controlada.
Diretoria	2	448.124,90	Honorários por participação no Conselho de controlada. Benefícios

08.20 - Outras informações relevantes

No item 8.2 do Formulário de Referência informamos o número de membros do nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal. Para tanto, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular

CVM/SEP/Nº01/2021, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº de membros dos órgãos de administração. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo dos membros do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal se deu conforme demonstrado a seguir:

Conselho de Administração

Mês	Previsto 2025	2024	2023	2022
Janeiro	8	8	7	8
Fevereiro	7	8	8	8
Março	8	8	8	8
Abril	9	8	8	8
Maio	9	8	9	8
Junho	9	8	9	8
Julho	9	8	9	8
Agosto	9	8	9	8
Setembro	9	8	9	8
Outubro	9	8	9	8
Novembro	9	8	9	8
Dezembro	9	8	9	7
Total	104	96	103	95
Média	8,67	8,00	8,58	7,92

Diretoria

Mês	Previsto 2025	2024	2023	2022
Janeiro	4	4	5	5
Fevereiro	5	4	5	5
Março	5	4	5	5
Abril	5	4	5	5
Maio	5	4	5	5
Junho	5	4	5	5
Julho	5	5	5	5
Agosto	5	4	5	5
Setembro	5	4	5	5
Outubro	5	4	5	5
Novembro	5	4	5	5
Dezembro	5	4	4	5
Total	59	49	59	60
Média	4,92	4,08	4,92	5,00

Conselho Fiscal

Mês	Previsto 2025	2024	2023	2022
Janeiro	3	3	3	3

Fevereiro	3	3	3	3
Março	3	3	3	3
Abril	3	3	3	3
Maio	3	3	3	3
Junho	3	3	3	3
Julho	3	3	3	3
Agosto	3	3	3	3
Setembro	3	3	3	3
Outubro	3	3	3	3
Novembro	3	3	3	3
Dezembro	3	3	2	3
Total	36	36	35	36
Média	3,00	3,00	2,92	3,00

ANEXO 5 – Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de referência (nos termos do Art. 11 da Resolução CVM nº 81/2022)

Sr. Daniel Faccini Castanho
Data de Nascimento: 04/05/1975
Profissão: Administrador
CPF: 177.268.508-92
Cargo eletivo ocupado: membro efetivo do Conselho de Administração.
Data de Eleição: 24/04/2025
Data da Posse: Se eleito, tomará posse na data de eleição
Prazo do Mandato: unificado de 02 (dois) anos, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2027
Outros Cargos ou funções exercidas no emissor: o candidato é o atual Presidente do Conselho de Administração da Companhia e membro dos seguintes Comitês: Comitê de Finanças e M&A, Comitê de Pessoas, Cultura e Transformação Digital e Comitê de Estratégia, Novos Negócios e ESG.
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O candidato foi indicado pelo controlador e pela administração.

Indicação se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria: O candidato não será membro independente do Conselho de Administração.
Data de início do primeiro mandato: 30/03/2015
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: O Sr. Castanho é um dos nossos fundadores. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em julho de 1997 e fez um curso de extensão na Harvard Business School, em Boston, nos Estados Unidos, em 1999. Adquiriu experiência atuando em empresas como Gráfica Takano, Subway ocupando o cargo de Diretor de Novos Negócios e no Banco Itaú ocupando o cargo de analista de custos e orçamentos. Trabalhou no Colégio Objetivo Sorocaba e foi professor na ESAMC Sorocaba. Foi fundador da incubadora de empresas de internet Virtual Case, sócio da franquia Subway, em Sorocaba e do restaurante Varanda Grill, em São Paulo. Atualmente é membro dos seguintes Comitês da Companhia: Finanças e M&A, Comitê de Pessoas, Cultura e Transformação Digital e Comitê de Estratégia, Novos Negócios e ESG. Além disso, ocupou o cargo de Diretor Presidente em nossa Companhia até 14/08/2018, e atualmente ocupa o cargo de Presidente do nosso Conselho de Administração. Também é membro suplente do Conselho de Administração da Bahema Educação S.A, e membro efetivo do Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Daniel não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: <ul style="list-style-type: none"> i. qualquer condenação criminal: não ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas: não iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não
Informação sobre a eventual existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: <ul style="list-style-type: none"> i. administradores do emissor: o candidato é irmão do membro do grupo de controle, Sr. Rômulo Faccini Castanho ii. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não se aplica iii. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor: não se aplica iv. administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não se aplica

<p>Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p> <ul style="list-style-type: none">i. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não se aplicaii. controlador direto ou indireto do emissor: não se aplicaiii. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não se aplica

Sr. Maurício Nogueira Escobar,
Data de Nascimento: 04/07/1975
Profissão: Administrador
CPF: 179.933.738-32
Cargo eletivo ocupado: membro efetivo do Conselho de Administração.
Data de Eleição: 24/04/2025
Data da Posse: Se eleito, tomará posse na data de eleição
Prazo do Mandato: unificado de 02 (dois) anos, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2027
Outros Cargos ou funções exercidas no emissor: o candidato é Membro e Coordenador dos seguintes Comitês: Comitê de Pessoas, Cultura e Transformação Digital.
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O candidato foi indicado pelo controlador e pela administração.
Indicação se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria: O candidato não será membro independente do Conselho de Administração.
Data de início do primeiro mandato: 25/04/2018
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: O Sr. Escobar é um dos nossos fundadores. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em 1997 e é Mestre em Marketing pela FGV em 2002. Foi gerente de projetos do Banco Real entre 1997 e setembro de 2000, ele também ocupou o cargo de sócio-diretor da Virtual Case entre setembro de 2000 e junho de 2003. Foi diretor de Assuntos Corporativos no Centro Universitário UNA entre junho de 2003 e maio de 2006, Vice-Reitor da Unimonte entre maio de 2006 e outubro de 2007. O Sr. Escobar ocupou ainda o cargo de Diretor de Operações da nossa Companhia entre outubro de 2007 e abril de 2018, Diretor Presidente da MGE de outubro de 2011 a maio de 2012. Diretor Executivo e membro do Conselho de Administração da IMEC de março de 2009 a outubro de 2011 e de abril de 2009 a outubro de 2011, respectivamente. Além disso, foi Diretor Presidente da UNA de novembro de 2011 a maio de 2012. Adicionalmente, foi membro do nosso Conselho de Administração de janeiro de 2010 a julho de 2011. Em 2013 o Sr. Escobar assumiu o cargo de Diretor Presidente da HSM Educação, da HSM do Brasil e da HSM Marcas. Atualmente, é membro do Conselho de Administração de nossa Companhia, além de membro e coordenador do Comitê Pessoas, Cultura e Transformação Digital. Também é membro do Conselho de Administração da Bahema Educação S.A., tendo sido eleito em

setembro de 2020, exercido a Presidência do Conselho de 2022 a 2024, e reeleito em maio de 2024. Além disso, é Conselheiro da Escola Mais Educação, tendo sido eleito em julho de 2021, e membro e Presidente do Conselho de Administração da Inspirali Educação S.A. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Escobar não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal: **não**
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas: **não**
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: **não**

Informação sobre a eventual existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- i. administradores do emissor: **não se aplica**
- ii. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: **não se aplica**
- iii. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor: **não se aplica**
- iv. administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: **não se aplica**

Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- i. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: **não se aplica**
- ii. controlador direto ou indireto do emissor: **não se aplica**
- iii. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: **não se aplica**

Sr. Gabriel Ralston Correa Ribeiro
Data de Nascimento: 06/03/1974
Profissão: Administrador de empresas
CPF: 043.580.888-56
Cargo eletivo ocupado: membro efetivo do Conselho de Administração
Data de Eleição: 24/04/2025
Data da Posse: Se eleito, tomará posse na data de eleição
Prazo do Mandato: unificado de 02 (dois) anos, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2027
Outros Cargos ou funções exercidas no emissor: o candidato é Membro e Coordenador dos seguintes Comitês: Comitê de Finanças e M&A
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O candidato foi indicado pelo controlador e pela administração.
Indicação se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria: O candidato não será membro independente do Conselho de Administração.
Data de início do primeiro mandato: 19/10/2018
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1997. Atuou por mais de dez anos na Procter & Gamble, onde foi diretor de planejamento financeiro para a América Latina, baseado em Caracas, Venezuela, entre 2006 e 2007. Na P&G Brasil, trabalhou em diversas áreas do Departamento Financeiro (Auditoria Interna para Brasil, Argentina e Chile, gerente financeiro para produtos de limpeza, higiene pessoal, medicamentos e desenvolvimento de negócios com clientes). Liderou a integração das áreas financeiras de aquisições globais pela P&G da Wella e Gillette no Brasil. O Sr. Ribeiro ocupou o cargo de Diretor Financeiro da Ânima Educação e de diversas subsidiárias durante o período de 2007 a 2018. Ocupou o cargo de Diretor de Relações com Investidores de nossa Companhia até 18/10/2018, sendo eleito membro do Conselho de Administração da Companhia em 19/10/2018. É membro e coordenador do comitê de Finanças e M&A de nossa Companhia. Atualmente também é Presidente da Bahema Educação S.A., tendo sido eleito em 29/4/2020 e membro do Conselho de Administração da Escola Mais Educação, tendo sido eleito em 01/07/21. É ainda associado e membro do conselho da Associação Educacional Escola Castanheiras desde setembro de 2014. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação

transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Gabriel não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal: **não**
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas: **não**
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: **não**

Informação sobre a eventual existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- i. administradores do emissor: **não se aplica**
- ii. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: **não se aplica**
- iii. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor: **não se aplica**
- iv. administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: **não se aplica**

Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- i. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: **não se aplica**
- ii. controlador direto ou indireto do emissor: **não se aplica**
- iii. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: **não se aplica**

Sr. Marcelo Barbalho Cardoso
Data de Nascimento: 20/01/1972
Profissão: Engenheiro
CPF: 561.016.865-15
Cargo eletivo ocupado: membro efetivo do Conselho de Administração.
Data de Eleição: 24/04/2025
Data da Posse: Se eleito, tomará posse na data de eleição
Prazo do Mandato: unificado de 02 (dois) anos, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2027
Outros Cargos ou funções exercidas no emissor: o candidato é Membro dos seguintes Comitês: Comitê de Estratégia, Novos Negócios e ESG
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O candidato foi indicado pelo controlador e pela administração.
Indicação se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria: O candidato não será membro independente do Conselho de Administração.
Data de início do primeiro mandato: 14/09/2021
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: O Sr. Marcelo Cardoso é graduado em Engenharia pela Unicamp, com MBA Executivo pela University of Michigan. Possui ampla experiência profissional ocupando posições seniores em empresas de três setores distintos: educação, TI e automotivo. Atualmente é Diretor de Operações (COO) da Laureate Education, Inc., função que ocupa desde junho de 2021. Antes de sua função atual, Marcelo ocupou vários cargos seniores na Laureate, incluindo Diretor de Transformação, Vice-presidente Regional de Operações para o Brasil e Diretor-Presidente da Laureate Brasil. Foi Vice-Presidente, CFO e COO, entre outros cargos, na EMC2 Computer System, de 2001 a 2011, com atuação na América Latina. Passou também pela Johnson Controls (JCI), tendo como principal posição a de Gerente Regional na América do Sul. Sr. Cardoso participou do conselho de administração do Incor Medicina Diagnóstica, em Sorocaba- SP, entre os anos de 2009 e 2011. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Marcelo Cardoso não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal: **não**
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas: **não**
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: **não**

Informação sobre a eventual existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- i. administradores do emissor: **não se aplica**
- ii. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: **não se aplica**
- iii. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor: **não se aplica**
- iv. administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: **não se aplica**

Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- i. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor:
exerceu até 28/05/2021, a função de administrador da “Rede Internacional de Universidades Laureate Ltda”, atual “Rede Educacional do Brasil Ltda”, CNPJ: 07.728.655/0001-20, sociedade atualmente controlada de forma indireta pelo emissor.
- ii. controlador direto ou indireto do emissor: **não se aplica**
- iii. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: **não se aplica**

Sra. Marina Oehling Gelman
Data de Nascimento: 08/02/1973
Profissão: Advogada
CPF: 251.164.408-85
Cargo eletivo ocupado: membro efetivo do Conselho de Administração
Data de Eleição: 24/04/2025
Data da Posse: Se eleita, tomará posse na data de eleição
Prazo do Mandato: unificado de 02 (dois) anos, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2027
Outros Cargos ou funções exercidas no emissor: não se aplica
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: A candidata foi indicada pelo controlador e pela administração.
Indicação se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria: A candidata não será membro independente do Conselho de Administração.
Data de início do primeiro mandato: 25/02/2025
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Marina Gelman ingressou no Grupo Ânima Educação em 2013, inicialmente no cargo de Diretora Jurídica Adjunta. Desde 2016 atua como Diretora de Relações Institucionais do grupo e, entre outubro de 2018 e agosto de 2022, exerceu cumulativamente a função de Diretora de Relações com Investidores. Em agosto de 2022 assumiu como Diretora de Novos Negócios, exercendo cumulativamente a função de Diretora de Relações com Investidores, quando assumiu novamente em novembro de 2023. Em fevereiro de 2025 foi eleita para o Conselho de Administração da Companhia, deixando os demais cargos na diretoria da Companhia. Anteriormente, ocupou o cargo de administradora da Companhia Melhoramentos de São Paulo, na função de Diretora Jurídica patrimonial até 2011. Marina graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1996 e fez Mestrado em Direito dos Negócios, Mercado de Capitais na Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo em 2012, tendo sido premiada pelo IBGC e pela ANBIMA pelas pesquisas realizadas no período. Declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. A Sra. Marina Gelman não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. qualquer condenação criminal: não ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas: não iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não
<p>Informação sobre a eventual existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. administradores do emissor: não se aplica ii. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não se aplica iii. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor: não se aplica iv. administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não se aplica
<p>Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não se aplica ii. controlador direto ou indireto do emissor: não se aplica iii. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não se aplica

Sr. Marcelo Battistella Bueno
Data de Nascimento: 30/07/1974
Profissão: Advogado
CPF: 171.266.448-41
Cargo eletivo ocupado: membro efetivo do Conselho de Administração
Data de Eleição: 24/04/2025
Data da Posse: Se eleito, tomará posse na data de eleição
Prazo do Mandato: unificado de 02 (dois) anos, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2027
Outros Cargos ou funções exercidas no emissor: o candidato é membro dos seguintes Comitês: Comitê de Finanças e M&A, Comitê de Pessoas, Cultura e Transformação Digital e Comitê de Estratégia, Novos Negócios e ESG
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O candidato foi indicado pelo controlador e pela administração.
Indicação se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria: O candidato não será membro independente do Conselho de Administração.
Data de início do primeiro mandato: 25/02/2025
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Marcelo Bueno é um dos fundadores da Ânima e atuou como CEO da Companhia entre agosto de 2018 e junho de 2024. Em fevereiro 2025 foi eleito para compor o Conselho de Administração. Anteriormente, ocupou o cargo de Diretor de Novos Negócios, Diretor Vice-Presidente Executivo e atuou como membro do Conselho de Administração da Companhia até 19/10/2018. Marcelo se formou bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP), em São Paulo. Advogado, atuou como sócio-gerente da Santa Fé Portfólios e também acumulou experiência em gestão e reestruturação de empresas a partir da atuação como diretor executivo da incubadora de e-business Virtual Case. Trabalhou ainda como diretor administrativo e financeiro, além de vice-reitor executivo, no Centro Universitário Una, em Belo Horizonte (MG). Também é membro suplente do Conselho de Administração da Bahema Educação S.A. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Marcelo Bueno não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. qualquer condenação criminal: não ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas: não iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não
<p>Informação sobre a eventual existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. administradores do emissor: não se aplica ii. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não se aplica iii. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor: não se aplica iv. administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não se aplica
<p>Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não se aplica ii. controlador direto ou indireto do emissor: não se aplica iii. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não se aplica

Sra. Ana Paula de Assis Bogus
Data de Nascimento: 27/03/1974
Profissão: Administradora
CPF: 179.295.498-01
Cargo eletivo ocupado: membro efetivo independente do Conselho de Administração.
Data de Eleição: 24/04/2025
Data da Posse: Se eleita, tomará posse na data de eleição
Prazo do Mandato: unificado de 02 (dois) anos, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2027
Outros Cargos ou funções exercidas no emissor: a candidata é Membro dos seguintes Comitês: Comitê de Pessoas, Cultura e Transformação Digital
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O candidato foi indicado pelo controlador e pela administração.
Indicação se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria: Sim. A candidata se enquadra nos critérios de independência previstos no Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado.
Data de início do primeiro mandato: 26/01/2023
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Ana Paula Bogus é executiva com extensa experiência profissional e ocupa, atualmente, a posição de Presidente Beiersdorf Brasil (Casa de Nivea e Eucerin). Antes disso foi também Presidente Latam Havaianas (Grupo Alpargatas) entre 2021 a 2024, e Global Head of Business da Rappi entre 2019 e 2021, General Manager da Kimberly-Clarke e Kimberly Clark Professional entre 2008 e 2019, e com experiências anteriores na Nestlé e BankBoston. Até Abr/2022 era conselheira independente do Grupo NotreDame Intermédica. É formada em Administração de Empresas pela PUC-SP, Pós-Graduada em International Economics pela USP e MBA (International Business) pela University of Pittsburgh. Declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. A Sra. Ana Paula não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal: não

<p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas: não</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não</p>
<p>Informação sobre a eventual existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p> <p>i. administradores do emissor: não se aplica</p> <p>ii. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não se aplica</p> <p>iii. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor: não se aplica</p> <p>iv. administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não se aplica</p>
<p>Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p> <p>i. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não se aplica</p> <p>ii. controlador direto ou indireto do emissor: não se aplica</p> <p>iii. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não se aplica</p>

Sr. Eduardo Azevedo Marques de Alvarenga
Data de Nascimento: 31/07/1978
Profissão: Engenheiro eletrônico
CPF: 299.155.458-43
Cargo eletivo ocupado: membro efetivo independente do Conselho de Administração.
Data de Eleição: 24/04/2025
Data da Posse: Se eleito, tomará posse na data de eleição
Prazo do Mandato: unificado de 02 (dois) anos, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2027
Outros Cargos ou funções exercidas no emissor: o candidato é Membro dos seguintes Comitês: Comitê de Estratégia, Novos Negócios e ESG (Coordenador) e Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos.
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O candidato foi indicado pelo controlador e pela administração.
Indicação se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria: Sim. O candidato se enquadra nos critérios de independência previstos no Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado.
Data de início do primeiro mandato: 28/04/2023
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Engenheiro eletrônico de formação, Eduardo Alvarenga, instalou a 1ª tela em elevador de edifício comercial no Brasil em 2001, pela Novavista, empresa pioneira no segmento cuja rede foi adquirida pela Elemidia em 2004. No mesmo ano, fundou a E+ Tech, especializada na criação e desenvolvimento de tecnologia para PDV e mídia exterior. Em 2007, regressou à indústria de mídia digital exterior, em sociedade com a Elemidia, para atuar em shopping centers e novos negócios. Entre 2012 e 2013, assumiu a diretoria de negócios digitais do Grupo Abril. Voltou a se dedicar a Elemidia em março de 2013, onde permaneceu até a aquisição da empresa pelo grupo HIG, em janeiro de 2020, quando, após processo de fusão entre as duas empresas de OOH do grupo - Elemidia e Eletromidia - tornou-se CEO da Eletromidia. Liderou a empresa na abertura de capital ocorrida em fevereiro de 2021 como a primeira empresa do setor de publicidade a abrir capital no Brasil. Saída do cargo de CEO da Eletromidia em fevereiro de 2022, tendo sido promovido a membro do Conselho de Administração e do Comitê de Estratégia e Inovação da empresa. Foi presidente da ABOOH nas gestões de 2016/2017 e 2017/2018. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação

transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Eduardo não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal: **não**
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas: **não**
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: **não**

Informação sobre a eventual existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- i. administradores do emissor: **não se aplica**
- ii. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: **não se aplica**
- iii. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor: **não se aplica**
- iv. administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: **não se aplica**

Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- i. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: **não se aplica**
- ii. controlador direto ou indireto do emissor: **não se aplica**
- iii. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: **não se aplica**